



Mestrado em Direito e Economia do Mar
A Governação do Mar
2015/2016

EDMAR d'ALVA TEIXEIRA d'OLIVEIRA VIEGAS

**A DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS MARÍTIMAS E O
APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS NA ZONA
DE DESENVOLVIMENTO CONJUNTO ENTRE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE E A NIGÉRIA**

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito na
especialidade de **Direito e Economia
do Mar** - A Governação do Mar

Orientador:

Professor Doutor Vasco Becker -Weinberg,

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Dezembro de 2017

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO

Declaro por minha honra que o texto apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada (art. 20.º-A do Regulamento do 2.º Ciclo e art. 8.º do Regulamento do 3.º Ciclo). Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2017

O declarante,

EDMAR d'ALVA TEIXEIRA d'OLIVEIRA VIEGAS,

DEDICATÓRIA

À minha querida e amada mãe **Georgina Gabriel d’Alva Teixeira**
“Lolita”, que foi recolhida ao céu, durante a realização deste Mestrado.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, pela força e consolo nas horas mais difíceis, em que o desânimo e a vontade de desistir falavam mais alto.

- À minha família, pela motivação e apoio incondicional.

- A realização desta dissertação não seria possível sem a prestimosa ajuda do meu orientador Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg, que com paciência e muita sapiência sempre se dispôs em me ajudar a transformar as dificuldades em motivação para conclusão deste desiderato. Muito Obrigado.

- Ao Dr. Kelve Nobre de Carvalho, pela orientação na escolha do Mestrado, por sempre acreditar em mim e pela motivação e apoio incondicional.

- Ao Dr. Francisco Biosa e Gala, pela disponibilidade e apoio.

- Ao Dr. Guilherme Pósser da Costa, pela orientação na escolha do caminho a trilhar para conclusão da Dissertação.

- Ao Dr. Luís dos Prazeres (kapala), pela simpática colaboração e pela sua prestimosa ajuda na conclusão desse Trabalho.

- A todos que partilharam comigo os mesmos ideais.

MODO DE CITAR

A citação das obras literárias e artigos consultados obedecerão o critério de citação convencional, sendo que, serão citadas subsequentemente da mesma forma que forem citadas *ab initio*.

LISTA DE ABREVIATURAS

AACCL – *Centre for International Commercial Dispute Settlement, Lagos.*

ANP – Agência Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe.

API – Grau API – escala usada para classificar a propriedade física da densidade dos líquidos derivados do petróleo.

ARE – Área de Regime Especial.

Bll – Barril de Petróleo.

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982.

CRDSTP – Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, revista e promulgada em 25 de Janeiro de 2003, publicada no Diário da República nº. 2, de 29 de Janeiro.

DECLARAÇÃO CONJUNTA – Declaração assinada entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe.

GRIP - Gabinete de Registo e Informação Petrolífera.

ITIE – Iniciativa para Transparência da Indústria Extrativa.

M – Milhas marítimas ou náuticas.

NIGÉRIA – República Federal da Nigéria.

OGE - Orçamento Geral de Estado.

STP – República Democrática de São Tomé e Príncipe.

SUA - Convenção para Supressão de Actos Ilícitos contra a segurança da navegação Marítima de 1988, assinada em 05.05.2006, adoptada pela resolução 54/109, da Assembleia Geral da ONU, disponível no site da UNTC, no link: <https://search.un.org/results.php?query=Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation, 1988> -

TIDM – Tribunal Internacional para o Direito do Mar

TIJ – Tribunal Internacional de Justiça

TRATADO – Tratado que cria a zona de desenvolvimento conjunto entre a Nigéria e STP, assinado em 21 de Fevereiro de 2001, aprovado pela Resolução da Assembleia Nacional nº. 14/2001, publicado no Diário da República nº. 6, 2º. Suplemento, de 9 de Agosto e ratificado pelo Decreto Presidencial nº. 8-A/2001, publicado no Diário da República nº. 6, de 9 de Agosto e depositado na sede das Nações Unidas, disponível no link:
<http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/STP.htm>

ZDC – Zona de Desenvolvimento Conjunto

ZEE – Zona Económica Exclusiva

RESUMO

O processo de delimitação de fronteiras marítimas da República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), dada a sua complexidade, ainda continua em curso.

STP assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 13.07.1983 e ratificou-a em 03.11.1987¹, e de acordo com as normas internacionais previstas na mesma, procedeu a celebração de dois acordos de delimitação de fronteiras marítimas e de um ajuste provisório de carácter prático.

Por existir sobreposição de títulos legais, STP assinou acordos de delimitação de fronteiras marítimas com o Gabão e com a Guiné Equatorial.

Relativamente a Nigéria, por não se chegar a um acordo quanto ao método de delimitação a ser aplicado, embora seja possível recorrer à delimitação jurisdicional prevista na CNUDM, os Estados chegaram a um ajuste provisório de carácter prático, conforme recomenda os artigos 74º. n.º. 3 e 83º. n.º. 3 da CNUDM.

Esse ajuste traduziu-se na assinatura do Tratado que criou a Zona de desenvolvimento conjunto (ZDC) entre os dois Estados, com repartição dos dividendos obtidos na exploração e aproveitamento dos recursos petrolíferos e outros, existente nessa zona.

Na presente dissertação estarão em análise o processo de delimitação de fronteiras marítimas de STP e a criação da ZDC com a Nigéria.

¹ Site da UNITED NATION TREATY COLLECTION, “UNTC” – disponível no link: https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsIII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-6&chapter=21&Temp=mtdsg3&clang=_en, acesso em [28.11.2017]

ABSTRACT

The process of delimiting the maritime borders of the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe (STP), given its complexity, is still ongoing.

STP signed the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) on 13.07.1983 and ratified it on 03.11.1987, and in accordance with the international standards provided for therein, signed two maritime boundary agreements and an interim adjustment of a practical nature.

Due to the overlap of legal titles, STP signed maritime border delimitation agreements with Gabon and Equatorial Guinea.

With regard to Nigeria, in the an absence of agreement on the method of delimitation to be applied, although it is possible to resort to the jurisdictional delimitation provided for in UNCLOS, States have reached an interim adjustment of a practical nature, as recommended in articles 74. no. 3 and 83 °. no. 3 of UNCLOS.

This adjustment was reflected in the signature of the Treaty establishing the Joint development zone (JDZ) between the two States, with a breakdown of the dividends obtained in the exploration and exploitation of petroleum and other resources in that zone.

In this dissertation the process of delimitation of the maritime borders of STP and the creation of the ZDC with Nigeria will be under analysis.

ÍNDICE

Tema:	Nº. de Página
1. Introdução.....	1
2. A delimitação de fronteiras marítimas na CNUDM.....	2
3. As Fronteiras marítimas de São Tomé e Príncipe.....	12
3.1 Delimitação de Fronteiras Marítimas com a Guiné Equatorial e o Gabão.....	15
3.2 Acordo de desenvolvimento conjunto ente STP e a Nigéria	16
3.2.1 Área de Regime Especial.....	24
3.2.2 A protecção e preservação do meio ambiente marinho da ZDC.....	28
3.3 Relação entre o Tratado e a delimitação de fronteiras marítimas entre STP e a Nigéria.....	32
4. Conclusão	42
Referências Bibliográfica.....	44

1. Introdução

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um Estado arquipelágico², situado no Golfo da Guiné, na costa ocidental do continente africano, com uma extensão terrestre de 1001 km²³.

Os espaços marítimos de STP são definidos a partir da linha de base arquipelágica, identificada na Lei n.º 1/98, de 31 de Março. Devido à sua posição geográfica, STP convive numa relação de grande proximidade com os seus Estados vizinhos: a Guiné Equatorial, o Gabão e a Nigéria. Esta proximidade origina a sobreposição de zonas marítimas, o que cria uma situação de conflito entre STP e estes Estados⁴.

Sem prejuízo, STP conseguiu celebrar dois acordos de delimitação de fronteiras marítimas com a Guiné Equatorial e com o Gabão, e um acordo de aproveitamento conjunto com a Nigéria, o qual é o objeto de estudo da presente dissertação.

Como veremos, os acordos de aproveitamento conjunto são uma alternativa à delimitação de fronteiras marítimas, quando os Estados não chegam a um entendimento relativamente à localização das respetivas fronteiras, sobretudo quando estão em causa importantes recursos naturais marinhos.

A exploração de recursos não-vivos, em particular de petróleo e gás, em STP ganha relevo com a assinatura em 1997 do *Memorando de Entendimento* com a empresa Americana *Environmental Remediation Holding Corporation* (ERHC) e a Sul-Africana *Procura Financial Consultant* (PFC), que permitia estudos de avaliação do potencial de hidrocarbonetos em território nacional⁵.

Efectivamente, até essa data, a pesca era e é a única vantagem económica retirada do mar e a principal fonte de riqueza das populações autóctones, sendo que, a agricultura

² Art. 46º. da CNUDM

³ Site do Instituto Nacional de Estatística de STP, <http://www.ine.st/pais.html>, acesso em [28.11.2017]

⁴ GALVÃO TELES, Miguel, “Espaços marítimos, delimitação e colisão de direitos”, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes, FDUL, 2004, pp 617 - 647

⁵ Site da Agencia Nacional de Petróleo de STP, <https://www.anp-stp.gov.st/index.php/pt/sobre-nos/nossa-historia>, acesso em [28.11.2017]

continua a ser o principal indicador de avaliação do desenvolvimento económico do arquipélago.

Em 2004, com a criação da Agência Nacional de Petróleo, através do Decreto-Lei n.º. 5/2004, de 20 de Junho, revisto pelo Decreto-Lei n.º. 7/2014, de 25 de Abril, com competências em sede de “*Upstream*”⁶ e “*Downstream*”⁷, STP reforça o seu empenho em garantir a exploração petrolífera, evidenciando ainda mais o interesse do Estado pela economia do mar, manifestado pelo reforço das políticas ligadas ao mar ao longo dos últimos anos.

Com efeito, o impulso para abordagem do presente tema, tem como elementos subjacentes a metodologia de delimitação adoptada entre os Estados e particularmente o Tratado assinado em 2001, que cria a ZDC e a ARE.

Também merecerão análise neste trabalho, o aproveitamento dos recursos existentes na ZDC, a relevância dos mesmos no fortalecimento da economia de STP, os desafios ambientais e de prevenção e combate aos crimes marítimos na ZDC.

A tese começará por abordar a delimitação de fronteiras marítimas de STP, antecedida por uma visão do processo de delimitação à luz da CNUDM. Posteriormente, será analisado o acordo de desenvolvimento conjunto entre STP e a Nigéria.

2. A delimitação de fronteiras marítimas na CNUDM

A delimitação de fronteiras marítimas é um processo regulado pelas normas internacionais previstas na CNUDM, que consiste em "estabelecer linhas separando-se

⁶ TAVARES DA SILVA, Suzana “Direito da Energia”, Coimbra Editora, 1ª. edição, Novembro de 2011, pag. 43 “ No que respeita à fase *Upstream*, uma boa parte das regras que disciplinam as respectivas actividades acabam por constituir o resultado de uma consolidação das denominadas “boas práticas (técnicas e económicas) da industria do petróleo” (*a lex petrolea*), sobretudo no que respeita à exploração, para as quais os regimes jurídicos estaduais acabam sempre por remeter, seja de forma expressa, seja no que resulta depois da fase de aplicação prática dos mesmos. Circunstância que justifica a verificação de um elevado nível de *standardização* entre os regimes legais dos diversos países quanto à regulação das actividades de prospecção, exploração e produção de petróleo, bem como nos modelos de contratualização”.

⁷ TAVARES DA SILVA, Suzana, idem, pag. 58 e de acordo com o sistema petrolífero Português, o *downstream* integra as actividades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição de produto de petróleo e comercialização de petróleo bruto e de produtos de petróleo, todas elas subordinadas apenas a regime de licenciamento”

uma área marítima da outra em que os Estados costeiros exercem [soberania ou jurisdição⁸].”

Havendo Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, que não preencham os limites⁹ estabelecidos pela CNUDM, estes devem proceder à delimitação de fronteiras marítimas, por acordo, de conformidade com o Direito Internacional, a fim de se chegar a uma solução equitativa¹⁰.

Importa aqui referir que a delimitação marítima por acordo é, *prima facie*, a forma recomendada pela CNUDM, conforme dispõe o n.º 1 dos arts. 73.º e 83.º. Já o n.º 1 do art. 6.º da Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental de 1958, previa que “... na falta de acordo e a menos que circunstâncias especiais justifiquem outra delimitação, esta será constituída pela linha mediana em que todos os pontos são equidistantes dos pontos mais aproximados das linhas de base... (...)”¹¹.

Até à CNUDM, os critérios prevaletentes para delimitação de fronteiras marítimas sobre a plataforma continental eram os critérios geográficos ou geofísicos, nomeadamente o prolongamento natural das costas. Com a CNUDM, é adoptado o método das 200 M em detrimento do prolongamento natural¹².

Com efeito, no caso de delimitação de fronteiras na plataforma continental entre a Líbia e Malta de 1982-1985, os critérios geográficos ou geofísicos baseados no prolongamento natural da costa foram desvalorizados, reconhecendo o TIJ que a CNUDM consagra aos Estados 200 M a contar da linha de base por onde se mede o mar territorial, independentemente de haver ou não prolongamento natural da costa¹³.

⁸ MARQUES ANTUNES, Nuno, *Towards the conceptualisation of maritime delimitation: legal and technical aspect of a political process*, Durham University, Durham E-Teses, pag.12, “Maritime delimitation – the process that consist of “ establishing lines separating from each other maritime area in wich costal states exercise [sovereignty or] jurisdiction”.

⁹ Art. 3.º, art. 33 n.º 2, art. 57.º e art. 76.º da CNUDM

¹⁰ Art. 74.º e 83.º n.º 1 da CNUDM

¹¹ Convenção Sobre a Plataforma Continental, realizada em Genebra em 29 de abril de 1958 e entrou em vigor em 10 de Junho de 1964, publicada em 499 U.N.T.C. 311 [Convenção de 1958 sobre a plataforma continental]; disponível no link: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-4&chapter=21&clang=en, acesso em [28.11.2017]

¹² R.R CHURCHILL AND A.V. LOWE, *The Law of the Sea*, 3ª. ed, Manchester University Press, 1999, pag. 190

¹³ Plataforma Continental (Libyan Arab Jamahiriya/Malta), TIJ, Julgamento de 3 de Junho de 1985, caso 68, disponível sem link, <http://www.icj-cij.org/en/case/68/judgments>, acesso em [29.11. 2017]

Nesse diferendo, o TIJ entendeu que “ (... *face os desenvolvimentos costumeiros do direito internacional relativos aos direitos dos Estados sobre as áreas da plataforma continental, não podia atribuir um papel determinante a factores geográficos ou geofísicos quando a distância entre os dois Estados era menor do que 400 milhas.*) ”¹⁴

A CNUDM veio estabelecer em termos formais os limites marítimos dos Estados que já eram praticados de forma costumeira, assim como, pela primeira vez a figura da ZEE, onde, os Estados costeiros exercem certos direitos de soberania e de jurisdição.

Portanto, a partir daí, os métodos de delimitação de fronteiras passaram a ser invocados quando a delimitação era sobre a Zona económica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental, tendo em consideração que sobre o mar territorial e a zona contígua, o procedimento já era estabelecido através da Convenção de Genebra sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, de 29 de Abril de 1958¹⁵.

Já dizia MARQUES GUEDES, que a ZEE e a plataforma continental de um Estado não deve ser constituída com sobreposição aos direitos do Estados vizinhos e “ *mesmo quando o mar territorial meça 12 milhas a largura da Zona Económica Exclusiva poderá ficar aquém das 188 milhas sempre que, e nos troços em que, se tratar de costas opostas pertencentes a Estados distintos, separados por menos de quatrocentas milhas marítimas* ”¹⁶.

Outrossim, quanto à plataforma continental “ *o limite externo é, conforme as circunstâncias e as possibilidades de escolha do Estado ribeirinho, ou a linha das 200 milhas marítimas, medidas da linha de base desse Mar, ou as linhas de 350 milhas náuticas ou das 100 milhas marítimas para além da isóbata dos 2500 metros. Todas*

¹⁴ Cfr. DE ALMEIDA RIBEIRO, Manuel, e PEREIRA COUTINHO, Francisco, Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça; Dom Quixote, 2016, pag. 162.

¹⁵ Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, realizada em Genebra em 29 de Abril de 1958 e entrou em vigor em 10 de Setembro de 1964, publicada em 516 U.N.T.C. 205 [Convenção de 1958 sobre o Mar Territorial e Zona Contígua], disponível no link: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XXI-1&chapter=21&clang=_en, acesso em [29.11.2017]

¹⁶ Cfr. MARQUES GUEDES, Armando, 2ª. Ed, Coimbra editora, pag.156.

estas variantes poderão ser reduzidas para menos na hipótese de a Plataforma se opor à, ou às de outro, ou outros, Estados”¹⁷.

Quando assim acontece e os Estados pretenderem estabelecer o limite das suas águas de forma a efectivar a sua soberania ou jurisdição, socorrem-se do instrumento de delimitação de fronteiras marítimas.

O Tribunal Internacional para o Direito do Mar (TIDM) a 14 de Março de 2012, proferiu julgamento no âmbito da disputa sobre a delimitação de fronteiras marítimas entre o Bangladesh e Myanmar, concernente a Baía de Bengala. Nesse diferendo o Tribunal apreciou e decidiu pelo traçado único da linha mediana formada por segmentos de linha geodésicas que conectam os pontos de equidistância entre a Ilha de Stº. Martin’s e Myanmar¹⁸.

Essa conclusão surgiu com base no enquadramento geral da lei internacional aplicável à delimitação de fronteiras marítimas nos termos do n.º 1 do artigo 74.º e do n.º 1 do artigo 83.º da CNUDM.

O Tribunal decidiu neste caso que “ *o método a seguir deverá ser aquele que, sob as realidades geográficas prevalecentes e as circunstâncias particulares de cada caso, pode levar a um resultado equitativo. Por outro lado, o Tribunal observou a questão de qual o método apreciado que deve ser seguido no desenho da linha de delimitação marítima e considerado à luz das circunstâncias de cada caso. O objetivo de alcançar um resultado equitativo deve ser a consideração primordial orientando a ação do Tribunal a este respeito* ”¹⁹.

Já o TIJ, no diferendo entre a Nicarágua e a Colômbia, de 2001-2012²⁰ para delimitação de fronteiras marítimas socorreu-se dos seguintes métodos:

¹⁷ Cfr. MARQUES GUEDES, Armando, 2ª. Ed. Coimbra editora, pag 190 idem

¹⁸ Disputa relativa à delimitação da fronteira marítima entre Bangladesh e Myanmar na Baía de Bengala (Bangladesh / Mianmar), INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA, caso nº. 16, disponível no link: <https://www.itlos.org/en/cases/list-of-cases/case-no-16/>, acesso em [22.11.2017]

¹⁹ BECKER-WEINBERG, Vasco, Joint Development of Hydrocarbon Deposits, in the Law of the Sea, Springer, 2014, pag. 176. [Tradução nossa]

²⁰ Disputa Territorial e Marítima (Nicarágua c. Colômbia), Julgamento, TIJ. Relatórios de 2012, Cap. 2º. e para. 142-145 e 155., disponível no link: <http://www.icj-cij.org/en/case/124>, acesso em [29.11.2017]

1º. Determinação do Direito aplicável:

Nesse caso, a Colômbia não era parte da CNUDM. Assim, o TIJ socorreu-se da aplicação do Direito internacional consuetudinário também previsto nas disposições dessa convenção relativas a ZEE (art. 74º.), a plataforma continental (art. 83º.) e o regime jurídico das ilhas (art. 121º.)

2º. A costa do território do Estado como factor decisivo para determinar o Direito às áreas que lhe estão adjacentes.

3º. Apurar a área relevante²¹ para efeito de delimitação.

Verificados esses elementos, o TIJ entendeu, que deverá ser traçada a linha mediana/equidistante provisória que poderá ser ajustada com base em circunstâncias especiais²², encabeçada pela desproporcionalidade substancial entre as costas dos dois Estados.

Por outro lado o TIJ usou no caso do Mar Negro, em 2009, três estágios de teste²³ para determinação da fronteira marítima, que consistiu em:

1º. Traçar uma linha provisória, que, entre as costas adjacentes, será uma linha de equidistância, a menos que haja motivos convincentes que tornem isso inviável no caso

²¹ Conceito previsto no caso do Mar Negro – diferendo entre a Ucrânia e a Roménia, 2004- 2009, disponível no site do TIJ no link: <http://www.icj-cij.org/en/case/132>, acesso em [29.11.2017]

²² O Conceito de “Circunstâncias especiais”, foi incluído nas Convenções de Genebra sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua (art. 12º.) e sobre a Plataforma Continental (art. 6º. nº. 1 e 2). Isto foi e permanece ligado ao método da equidistância previsto por estes dispositivos. Desta forma, circunstâncias especiais são circunstâncias susceptíveis de modificar o resultado produzido por uma aplicação automática do princípio da equidistância.”, Cfr. DE ALMEIDA RIBEIRO, Manuel e PEREIRA COUTINHO, Francisco, Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça; Don Quixote, pag. 181.

²³ D. EVANS, Malcolm, “Maritime Boundary Delimitation”, Obr. Colectiva, edited by Donald R ROTHWELL, Alex G. OUDE EL FERINK, Karen N. SCOTT, Tim STEPHENS, “The Law Of The Sea”, The Oxford Handbook, Oxford University Press, 2015, pag 155-259, “ 1º. *In to draw a provisional line, wick as between adjacent coasts “will be” an equidistance line, “unless there are compelling reasons that make this unfeasible in the particular case”. As regards opposite coasts, the Courts said – in unqualified terms – that the provisional line “will be” the median line. 2º. The second stage, is to “consider wether there are factors calling for the adjustment or shifting of the provisional equidistance line in order to achieve an equitable result. 3. The third stage, is to, “verify that the line (a provisional equidistance line which may or may not have been adjusted by taking into account the relevant circumstances does not, as it stands, lead to an inequitable result by reason of any marked disproportion between the ratio of the respective costal lengths and the ratio between the relevant maritime área of each state by reference to the delimitation line.”* [Tradução nossa]

particular. No que diz respeito às costas opostas, os tribunais disseram - em termos não qualificados - que a linha provisória "será" a linha mediana.

2º. O segundo estágio é *“considerar se há factores que exigem o ajuste ou deslocamento da linha de equidistância provisória para conseguir um resultado equivalente”*.

3. A terceira etapa é verificar se a linha de equidistância provisória (que pode ou não ter sido ajustada levando em consideração as circunstâncias relevantes) não conduz, a um resultado desigual, devido a qualquer desproporção marcada entre a proporção dos respectivos comprimentos costais e a relação entre a área marítima relevante de cada estado em função da linha de delimitação.

A CNUDM consagra no nº. 1 dos arts. 74º. e 83º. cuja redação é idêntica:

“A delimitação da “[ZEE/plataforma continental]” entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente deve ser feita por acordo, de conformidade com o direito internacional, a que se faz referência no artigo 38²⁴ do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, a fim de se chegar a uma solução equitativa)”

Quer o art. 74º. quer o art. 83º. dizem respeito à delimitação de fronteiras marítimas por acordo. Tendencialmente, a jurisprudência internacional tem entendido que a delimitação obedecerá ao traçado da linha mediana ou equidistante e procedimentos de ajustes dessa mesma linha, mediante existência de circunstâncias relevantes ou especiais, a fim de chegar a uma solução equitativa, seja para definir a fronteira marítima na coluna de água ou na plataforma continental. Nessa delimitação os limites verticais

²⁴ Cfr art 38º. do Estatuto do TIJ 1. A corte, cuja função seja decidir conforme o direito o Direito internacional as controvérsias que sejam submetidas, deverá aplicar; 2. As convenções internacionais, sejam gerais ou particulares, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes; 3. O costume internacional como prova de uma prática geralmente aceita como direito; 4. Os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas; 5. As decisões judiciais e as doutrinas dos publicitários de maior competência das diversas nações, como meio auxiliar para determinação das regras de direito, sem prejuízo do disposto no art. 59; 6. A presente disposição não restringe a faculdade da Corte para decidir um litígio ex aequo et bono, se convier as partes.

e horizontais quer da ZEE, quer da plataforma continental, deverão ser tomados em conta²⁵.

DONALD R. ROTHWELL e TIM STEPHENS, defendem que “*a metodologia jurisdicional de delimitação de fronteira marítima, tem sempre atenção à zona a ser demarcada e às especificidades do caso, onde é sempre tido como elemento de ouro, as circunstâncias relevantes que determinam o traçado quer da linha mediana ou equidistante com vista a obtenção de um resultado e solução equitativa*”²⁶.

Portanto, num período prévio, o Tribunal, deverá definir a “área relevante”, como elemento crucial desta metodologia. Essa área, dependerá da configuração da costa relevante dentro do contexto geográfico e da consideração das projeções marítimas dessas costas, que dependerão de um mar territorial ou de um limite marítimo muito mais longo e dos interesses de qualquer terceiro Estado²⁷.

No caso do Mar Negro, o TIJ referiu-se à identificação da “área relevante”, como um aspecto essencial do processo de delimitação. Esse passo abrange não apenas uma identificação física dos limites externos da área sob delimitação, mas também circunstâncias relevantes dentro dessa área que podem ser importantes no processo de delimitação.

Do mesmo modo, uma consideração diferente será aplicada no caso de costas convexas e côncavas, indentações significativas, como os golfos e as ilhas, quando estas se encontrarem dentro da área de delimitação.

A determinação da área relevante é crucial para a aplicação da proporcionalidade que é realizada na terceira etapa do processo de delimitação.

Relativamente a invocação e usos de “*circunstâncias especiais*” ou “*circunstâncias relevantes*” como passo necessário para determinar a abordagem da delimitação, DONALD R. ROTHWELL e TIM STEPHENS, mais uma vez escarpelizam e desdobram as mesmas em duas categorias e consideram as “ilhas”, como

²⁵ VINÍCIOS ZANELLA, Tiago, Curso de Direito do Mar, editora Afiliada, Curitiba, 2013.

²⁶ R. ROTHWELL, Donald e STEPHENS, Tim “The International Law of The Sea”, Oxford and Portland, Oregon, 2010 Hart Publishing, pag. 397-408 [Tradução nossa]

²⁷ R. ROTHWELL, Donald e STEPHENS, Tim “The International Law of The Sea”, Oxford and Portland, Oregon, 2010 Hart Publishing, pag. 399 [Tradução nossa]

“ circunstância especial” que os Tribunais tradicionalmente consideraram devido ao impacto que podem ter sobre a direcção de um limite marítimo e a necessidade de levar em conta as zonas marítimas que as “Ilhas” geram, conforme o art. 121º. da CNUDM²⁸.

Quanto as “circunstâncias relevantes”, a identificação das mesmas torna-se um passo necessário para determinar a abordagem da delimitação, particularmente características geográficas, como o comprimento e as configurações dos respectivos litorais, a sua direcção e configurações gerais e as características costeiras e geográficas associadas, como ilhas, recifes, atóis, baías e penínsulas.

JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE e RUI DE FIGUEIREDO MARCOS, partilham a mesma visão doutrinária, e entendem que, a metodologia de delimitação de fronteiras marítimas, deverá determinar em primeiro lugar, a “área disputada”²⁹. Assim, *“o primeiro trâmite dessa delimitação passa por estabelecer uma linha de delimitação provisória (provisional delimitation line), à partida, mediante aplicação de regra da equidistância (Estados com costas adjacentes) ou da regra da linha mediana (Estados com costas opostas)”*.

Seguidamente, o Tribunal deve aferir se o resultado alcançado através destes critérios produz uma solução equitativa, sendo que, para o efeito, terá de recorrer a princípios de equidade, tais como o princípio da atendibilidade de todas as circunstâncias relevantes, ou o princípio de que a equidade não implica necessariamente igualdade.

Para apurar se a solução é equitativa, o Tribunal deverá atender a um conjunto de circunstâncias relevantes, como a conduta dos Estados (*no sentido de determinar se da mesma surgiu uma linha divisória de facto*), a configuração geral das costas envolvidas, as disparidades ao nível da largura das costas, as fronteiras coloniais pré-existentes, entre outras. Não relevam como circunstâncias especiais, *as concessões petrolíferas já*

²⁸ R. ROTHWHEEL, Donald e STEPHENS, Tim “ *The International Law of The Sea*”, Oxford and Portland, Oregon, 2010 Hart Publishing, pag. 434 – 439 [Tradução nossa]

²⁹ VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos e DE FIGUEIREDO MARCOS, Rui, “Direito do Petróleo”, ob. Col. Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, Maio, 2013, pag. 56, determinando como tal, *“quando as pretensões que todos os Estados envolvidos reclamam ter sobre ela se assumem como legítima à luz do direito internacional do mar, e corresponde àquela faixa de água, solo e subsolo onde os direitos exclusivos de que cada Estado é titular ao abrigo do direito do mar costumeiro ou convencional se sobrepõem”*

atribuídas, a existências de depósitos transfronteiriços, ou o status económico dos Estados.”³⁰

Portanto, para delimitação de zonas marítimas sobrepostas, duas situações estão em discussão. Primeiramente: *a definição da fronteira marítima na ZEE*, em que através do traçado da linha mediana/equidistante será definida se outras circunstâncias não implicarem o seu ajuste, e a *definição da fronteira na plataforma continental*, que obedece à mesma metodologia. Em regra um único traçado coincidente demarca a fronteira marítima na ZEE e na plataforma continental.

Por exemplo, no caso de delimitação de área marítima entre a *Gronelândia* e a *Jan Mayen* – 1988-1993, o TIJ recorreu à decisão do caso de delimitação de fronteira marítima do *Golfo do Maine* 1981-1984, entre o Canadá e Estados Unidos de América, segundo o qual visava (*... o traçado da fronteira marítima única que divide a plataforma continental e a zona de pesca do Canadá e dos Estados Unidos de América*)³¹.

Com a determinação de fronteiras marítimas, a CNUDM reserva aos Estados costeiros os direitos que estes podem exercer em cada uma das áreas marítimas, nomeadamente; no mar territorial e na zona contígua³².

Relativamente à ZEE³³ esta corresponde a um instituto híbrido de direitos, que combinam direitos de soberania e a jurisdição. BACELAR GOUVEIA, entende que; “*A zona económica exclusiva é porventura, de todos os espaços marítimos, o mais complexo, afigurando-se um instituto híbrido, com poderes que não se identificam com o modelo estadual, mas que também não se ajusta ao modelo internacional.*”³⁴

³⁰ VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos e DE FIQUEIREDO MARCOS, Rui, “Direito do Petróleo”, ob. Col. Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, Maio, 2013, pag. 60-61

³¹ DE ALMEIDA RIBEIRO, Manuel, e PEREIRA COUTINHO, Francisco, Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça; Don Quixote, 2016, pag. 183

³² No mar territorial - direitos soberanos – art. 2º. e, na zona contígua - direitos de jurisdição com adopção de medidas de fiscalização necessária a evitar as infracções às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais de imigração ou sanitários no seu território ou no seu mar territorial, e medidas de repressão às infracções às leis e regulamentos no seu território e no seu mar territorial – al. a) e b) do nº. 1 do art. 33º. da CNUDM.

³³ Parte V – art. 55º.e ss da CNUDM

³⁴ BACELAR GOUVEIA, Manual de Direito Internacional Público, uma perspectiva de Língua Portuguesa, 4º. Edição, 2013, pag. 668

Assim sendo, há direitos soberanos para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais vivos ou não vivos, das águas subjacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, dentre outros, e direitos de jurisdição para colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, investigação científica marinha, proteção e preservação do meio marinho e outros direitos³⁵.

BACELAR GOUVEIA entende ainda que a soberania existente na ZEE é uma soberania limitada³⁶, atendendo que “*o Estado costeiro tem a primazia na sua exploração, pensando-se essencialmente nos recursos piscatórios. Para BACELAR GOUVEIA, a ZEE “enfrenta, porém, o limite de esses recursos terem de ser condicionados, quer em função de limites máximos de captura admissível, quer em função da partilha desses mesmos recursos com os Estados geograficamente desfavorecidos e os Estados sem litoral”.*

A ZEE, tal como a lei e a prática internacional a definem, não é parte do território do Estado. Os direitos soberanos e os de mera fiscalização e jurisdição que no âmbito dela o Estado costeiro pode exercer têm unicamente por objecto os recursos existentes e as actividades relacionadas com a sua utilização³⁷.

MARQUES GUEDES, doutrina que “*A ZEE é constituída pela superfície da toalha marítima ou oceânica assim delimitada e da coluna de água que a suporta. A ZEE compreende ainda a camada aérea que sobre ela assenta. Não porém (apesar da Convenção especificamente os mencionar) o leito e o subsolo recoberto por essa coluna de água, porque, esses, fazem parte da Plataforma continental*”³⁸.

O regime da ZEE e o da plataforma continental conflituam-se quanto a problemáticas dos recursos existentes no solo e subsolo marinhos. O art. 56º. da CNUDM parece controverso quanto aos direitos soberanos para exploração dos

³⁵ Cfr. art. 56º. da CNUDM. Este artigo não é de recepção pacífica entre os doutrinadores, uma vez, que a ZEE só diz respeito a coluna de água e não ao solo nem o subsolo marinho, conforme defende MARQUES GUEDES, Armando, Manual de Direito do Mar, pag. 153, ponto 69.

³⁶ BACELAR GOUVEIA, Manual de Direito Internacional Público, uma perspectiva de Língua Portuguesa, 4º. Edição, 2013, pag. 671.

³⁷ MARQUES GUEDES, Armando, Direito do Mar, 2ª. edição, Coimbra Editora, 1998, pag 171, *in fine*.

³⁸ MARQUES GUEDES, Armando, Direito do Mar, 2ª. edição, Coimbra Editora, 1998, pag 153.

recursos no solo e subsolo, visto que colide com as normas relativas aos direitos de soberania sobre a plataforma continental, previsto no art. 76º, 77º. e seguintes da CNUDM, que reservam também o direito sobre esses mesmos recursos.

Portanto, quer o regime da ZEE³⁹ quer o da plataforma continental⁴⁰, englobam na sua área de regência, *o leito do mar e seu subsolo* e bem assim, conservam a soberania para o desenvolvimento dos recursos naturais.

Contudo, contrário ao caráter híbrido dos direitos que o Estado costeiro exerce sobre a ZEE, quanto à plataforma continental, esse direito é exercido de forma soberana⁴¹ e exclusiva⁴² para o aproveitamento dos seus recursos naturais, sendo que, se o Estado costeiro não aproveitar esses recursos, nenhum outro Estado poderá fazê-lo sem o prévio consentimento desse Estado⁴³. Esses direitos exclusivos incluem o direito de perfurar na plataforma continental e o aproveitamento das espécies sedentárias⁴⁴.

Portanto, face ao exposto, pode-se concluir que, STP exerce direitos sobre o leito e subsolo marinho⁴⁵ e que estes são intransferíveis⁴⁶. Contudo, a inexistência de fronteiras marítimas constitui obstáculo ao exercício desses direitos.

3. As Fronteiras marítimas de São Tomé e Príncipe

A CNUDM identifica os seguintes espaços marítimos onde os Estados costeiros exercem direitos de soberania ou jurisdição:

➤ Mar Territorial - 12 M, medidas a partir de linha de base determinadas de conformidade com a referida Convenção – (art. 3º. da CNUDM).

³⁹ Art. 56º. n.º. 1, a) da CNUDM

⁴⁰ art. 76º. n.º. 1 e seguintes da CNUDM

⁴¹ Cfr. Art. 77º. da CNUDM)

⁴² Cfr. art. 77º. n.º. 2

⁴³ Art. 77º. n.º. 2 da CNUDM

⁴⁴ BECKER -WEINBERG, Vasco, Joint Development of Hydrocarbon Deposits in the Law of the Sea, Springer, 2014, pag 23 à 29, art. 68º. da CNUDM

⁴⁵ Assinatura da CNUDM por STP, depositada na ONU, link: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_declarations.htm#Sao_Tome_and_Principe_Upon_signature, consultado no dia [29.11.2017]

⁴⁶ Art. 72º. 69º. e 70º. da CNUDM

- Zona Contígua - 24 M, a partir da linha de base, usada para medida do mar territorial – (zona de jurisdição) – (artigo 33º. nº. 2 da referida Convenção⁴⁷)
- Zona económica exclusiva - constante do artigo 57º. da CNUDM que não deverá se estender além das 200 M, a partir da qual se mede a largura do mar territorial.
- Plataforma continental - 200 M, a contar a partir da linha de base usada para medida do mar territorial (artigo 76º. da CNUDM), que poderá ser estendida até as 350 M - (art. 76º. nº. 5), ou a uma distância que não exceda 100 M da isóbata dos 2.500 metros extensão essa que também poderá ser passível de delimitação de fronteira⁴⁸.

STP participou na negociação da CNUDM e ratificou a mesma a 3 de Novembro de 1987, tendo esta entrado no ordenamento jurídico de STP a 11 de Novembro de 1994, por força do art. 13º. nº. 3 da CRDSTP⁴⁹. Em conformidade com a CNUDM, STP aprovou a Lei nº. 1/98, de 31 de Março, publicada no Diário da República nº. 3, que define a linha de base arquipelágica, os vértices e as coordenadas da localização dos respectivos pontos⁵⁰.

A par desse dispositivo internacional, em relação ao mar territorial, o art. 4º. da CRDSTP⁵¹ estatui:

“Artigo 4.º” Território Nacional

1. O território da República Democrática de São Tomé e Príncipe é composto pelas ilhas de São Tomé e do Príncipe, pelos ilhéus das Rolas, das Cabras, Bombom, Boné Jockey, Pedras Tinhosas e demais ilhéus adjacentes, pelo mar territorial compreendido num círculo de doze

⁴⁷ Art. 33º. nº. 2 da CNUDM – A zona contígua não pode estender-se além de 24 milhas marítimas, contadas a partir das linha de base que servem para medir a largura do mar territorial.

⁴⁸ Cfr. CAETANO FERRÃO, Marisa, A Delimitação de Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, ed. Aafdl, Lisboa, 2009

⁴⁹ Artigo 13.º da CRDSTP - Recepção do Direito Internacional - nº. 3. As normas constantes de convenções, tratados e acordos internacionais validamente aprovadas e ratificadas pelos respectivos órgãos competentes têm prevalência, após sua entrada em vigor na ordem internacional e interna, sobre todos os actos legislativos e normativos internos de valor infraconstitucional.

⁵⁰ Determina no artigo 2º. da Lei nº. 1/98, os pontos pelos quais se deve traçar a linha de base arquipelágica, através do qual se mede a largura do mar territorial.

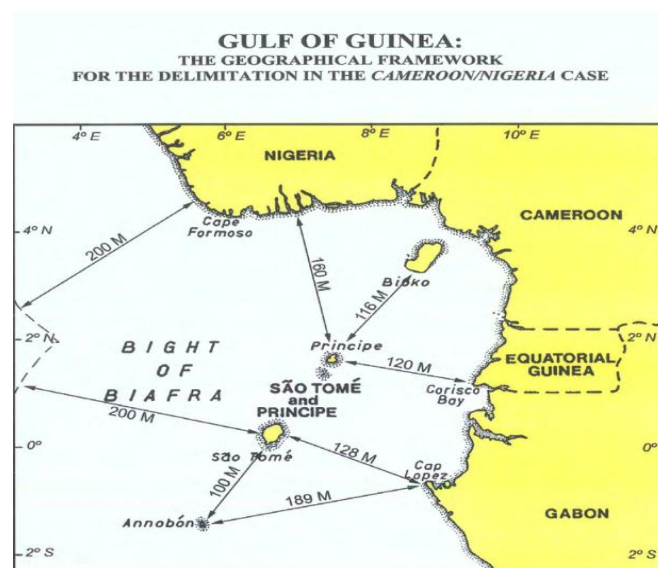
⁵¹ Site da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, www.assembleianacional.st, consultado em [29.11.2017]

milhas a partir da linha de base determinada pela lei, pelas águas arquipelágicas situadas no interior da linha de base e o espaço aéreo que se estende sobre o conjunto territorial atrás definido.

2. O Estado São-tomense exerce a sua soberania sobre todo o território nacional, o subsolo do espaço terrestre, o fundo e o subsolo do território aquático formado pelo mar territorial e as águas arquipelágicas, bem como sobre os recursos naturais vivos e não vivos que se encontrem em todos os espaços supramencionados e os existentes nas águas suprajacentes imediatas às costas, fora do mar territorial, na extensão que fixa a lei, em conformidade com o direito internacional.”

Com efeito, STP tem Estados vizinhos cujos limites marítimos originam a sobreposição de títulos legais. Assim sendo, nas águas do Golfo da Guiné, essa sobreposição verifica-se, nomeadamente, entre STP, a Guiné Equatorial, o Gabão e a Nigéria, o que originou a necessidade de delimitação de fronteiras marítimas.

Fig. 1. Proximidade dos Estados do Golfo da Guiné⁵²



Fonte: Nuno Marques Antunes, fig. 38, pag. 473,

⁵² MARQUES ANTUNES, Nuno, *Towards the conceptualisation of maritime delimitation: legal and technical aspect of a political process*, Durham University, Durham E-Teses, vol. II pag.473

Sobreposição de títulos, é entendida por MIGUEL GALVÃO TELES, como correspondendo a “*concursos de direitos porque os direitos dos dois ou vários Estados incidem sobre o mesmo objecto. Há colisão porque os direitos não são configurados em contitularidade, mas como direitos exclusivos – os direitos dos outros constituem um obstáculo “exterior” a cada direito. É evidente que só existe concurso e colisão na zona em que os títulos dos vários Estados se sobrepuserem*”⁵³”.

Verificado esse pressuposto, os Estados dispõem de mecanismos internacionais constantes na CNUDM e jurisprudência internacional, para determinar as suas fronteiras marítimas em respeito aos direitos dos Estados vizinhos.

3.1 Delimitação de Fronteiras Marítimas com a Guiné Equatorial e o Gabão.

Atendendo à proximidade territorial⁵⁴, as fronteiras marítimas de STP foram definidas por acordo com a Guiné Equatorial⁵⁵, em 26 de Junho de 1999, e com o Gabão⁵⁶, em 26 de Abril de 2001.

Nesses acordos foi utilizado o método da equidistância conforme consagra o nº. 2 e 3 do art. 4º. da Lei nº. 1/98, de 31 de Março e surgiram no reconhecimento dos Estados da necessidade de determinar as suas fronteiras marítimas.

⁵³ GALVÃO TELES, Miguel, “Espaços marítimos, delimitação e colisão de direitos”, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes, FDUL, 2004, pp 636

⁵⁴ Fonte: Carta Náutica da Guarda Costeira. São Tomé e Príncipe situa-se a menos de 200 milhas marítimas dos seus vizinhos Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria, ou seja:
Ilha do Príncipe – Guiné Equatorial = 116 milhas náuticas
Boné de Jokey – Gabão = 125.3 mn
Ilha do Príncipe – Malabo = 112.5 mn
Ilha do Príncipe Nigéria = 161.9 mn
Ilhéu das Cabras – Gabão 135.6 mn

⁵⁵ Cfr. UNITED NATION TREATY COLLECTION, Treaty concerning the Delimitation of the Maritime Boundary between the Republic of Equatorial Guinea and the Democratic Republic of Sao Tome and Principe, 26 June 1999 no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/STP.htm>, acesso em [29.11.2017]

⁵⁶ Cfr. UNITED NATION TREATY COLLECTION, Agreement on the Delimitation of the Maritime Border between the Gabonese Republic and the Democratic Republic of Sao Tome and Principe, 26 April 2001, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/GAB.htm>, consultado no dia [29.11.2017]

Na determinação de fronteiras marítimas com a Guiné Equatorial utilizou-se as linhas geodésicas que unem as coordenadas acordadas pelos Estados⁵⁷ tendo o referido Tratado sido ratificado pelo Decreto Presidencial nº. 9/2001, publicado no Diário da República nº. 6/2001, de 09 de Agosto, após a aprovação pelo Parlamento.

Relativamente ao Gabão, a delimitação das fronteiras marítimas com STP obedeceu o estatuído na CNUDM em que os mesmos são signatários e seguiu o método mais adequado pelas partes que foi pelo traçado da linha equidistante, tomando como referencia os pontos que serviram para a medida do mar territorial de ambos, de acordo com o art. 2º. e 3º. do referido Tratado⁵⁸.

A 26 de Abril de 2001 foi assinado definitivamente em Libreville o Tratado de delimitação de fronteiras marítimas e foi ratificado pelo Decreto Presidencial nº. 10/2001, após aprovação pelo Parlamento e publicado no diário da República nº. 6/2001, de 9 de Agosto⁵⁹.

3.2 Acordo de desenvolvimento conjunto entre STP e a Nigéria

O processo de delimitação de fronteiras marítimas entre STP e a Nigéria não é de fácil negociação, ao contrário do sucedido com a Guiné Equatorial e o Gabão.⁶⁰

No plano internacional, quer STP quer a Nigéria ratificaram a CNUDM em 03.11.1987 e 14.08.1986, respectivamente⁶¹.

Enquanto Estados-parte, STP e a Nigéria estão sujeitos ao regime de solução de controvérsias previstas na Parte XV da CNUDM⁶², uma vez que, os Estados não fizeram

⁵⁷ Art. 2º. do Tratado STP / Guiné Equatorial.

⁵⁸ Cfr. UNITED NATION TREATY COLLECTION, Agreement on the Delimitation of the Maritime Border between the Gabonese Republic and the Democratic Republic of Sao Tome and Principe, 26 April 2001, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/GAB.htm>, consultado no dia [29.11.2017]

⁵⁹ DOS PRAZERES, Luís, Dossier Petróleo, Cronologia História, 1876-2004, pag. 35- 36

⁶⁰ DOS PRAZERES, Luís, Dossier Petróleo Cronologia História, 1876-2004, pag. 31.

⁶¹ Cfr. UNITED NATION TREATY COLLECTION, disponível no link: <https://treaties.un.org/pages/showDetails.aspx?objid=0800000280043ad5>, acesso em [29.11.2017]

⁶² Cfr. Preambulo do Tratado entre a República Federal da Nigéria e a República da Guiné Equatorial relativo à sua fronteira marítima, realizado em Malabo em 23 de Setembro de 2000 e entrado em vigor em 3 de Abril de 2002, publicado em 2205 U.N.T. 325 [on-line: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/NGA-GNQ2000MB.PDF>], acesso em [29.11.2017]

qualquer declaração de escolha de jurisdição para dirimir conflitos ligados a determinação de áreas marítimas⁶³.

Com efeito, STP através da Lei 1/98, de 31 de Março, publicado no Diário da República n.º. 3, consagra no seu art. 4. n.º. 2 e 3 o seguinte:

N.º. 2. “Em caso de disposições particulares dos Tratados Internacionais assinados com os Estados cujas linhas costeiras se encontram adjacentes as da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o limite exterior da Zona Económica Exclusiva da República Democrática de São Tomé e Príncipe não se estenderá para além da linha média equidistante”.

“N.º. 3 A linha equidistante significa aquela em que todos os pontos desta estejam à mesma distância dos pontos mais próximos da linha de base traçada por cada Estado de acordo com a lei internacional.”

Não obstante a existência desse dispositivo legal e a posição afirmada de STP, quanto ao método adoptado, a Nigéria optou por invocar o uso do método da equidade bem como as circunstâncias especiais⁶⁴ (a extensão da linha da costa), e procedeu o seu traçado de limite marítimo, que coincidia com o mar territorial da Ilha do Príncipe, pertencente a STP.

Tal imposição da Nigéria já havia sido observada no diferendo de delimitação de fronteira com os Camarões de 1994-2002 relativo a delimitação lateral dos espaços marítimos, e no continente à península de Bakassi e o lago Tchad, situação que foi

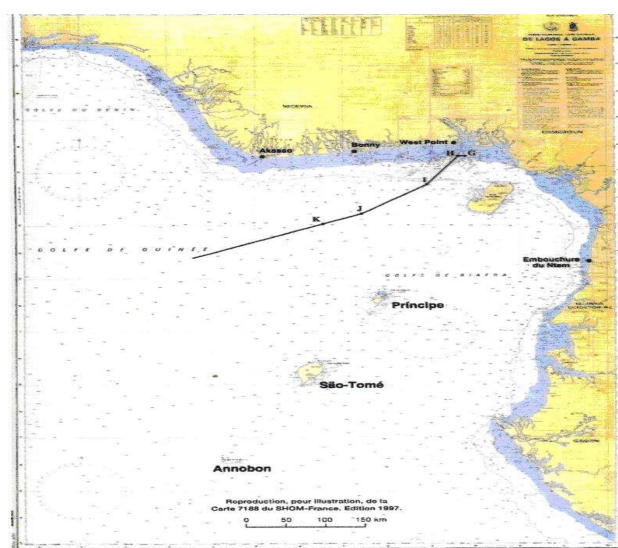
⁶³ STP e a Nigéria não fizeram qualquer declaração sobre a jurisdição para resolução de conflitos relacionados a zonas marítimas. Cfr. OCEAN & LAW OF THE SEA, United Nation, link http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_declarations.htm, acesso em [29.11.2017]

⁶⁴ J. TANGA BIANG, The United Nations – *The Nippon Foundation of Japan Fellowship programme 2009-2010, THE JOINT DEVELOPMENT ZONE BETWEEN NIGERIA AND SAO TOME AND PRINCIPE: A CASE OF PROVISIONAL ARRANGEMENT IN THE GULF OF GUINEA INTERNATIONAL LAW, STATE PRACTICE AND PROSPECTS FOR REGIONAL INTEGRATION*, JDZ: http://www.un.org/depts/los/nippon/unnnff_programme_home/fellows_pages/fellows_papers/tanga_0910_cameroun.pdf, consultado no dia [29.11.2017]

submetida ao TIJ, tendo o Tribunal decretado medidas provisórias, remetendo os Estados a celebração de um acordo, o que se efectivou em 12 de Junho 2006.⁶⁵.

Por via dessa decisão⁶⁶, a fronteira marítima entre a Nigéria e os Camarões “*foi delimitada a partir do estabelecimento de uma linha de equidistância/mediana provisória, que foi modificada à luz de circunstâncias relevantes que requeriam um ajuste da linha, tendo também o Tribunal testado a proporcionalidade do resultado obtido pela linha ajustada*”⁶⁷, conforme a figura que se segue:

Fig 2. Delimitação entre a Nigéria e o Camarões/ Guiné Equatorial



Fonte: J. TANGA BIANG,⁶⁸

STP, estabeleceu com base no seu ordenamento jurídico o seu limite marítimo, que se sobrepôs ao apresentado pela Nigéria, criando assim uma zona de sobreposição de títulos.

⁶⁵DE ALMEIDA RIBEIRO, Manuel, e PEREIRA COUTINHO, Francisco, Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça; Don Quixote, 2016, pag. 220.

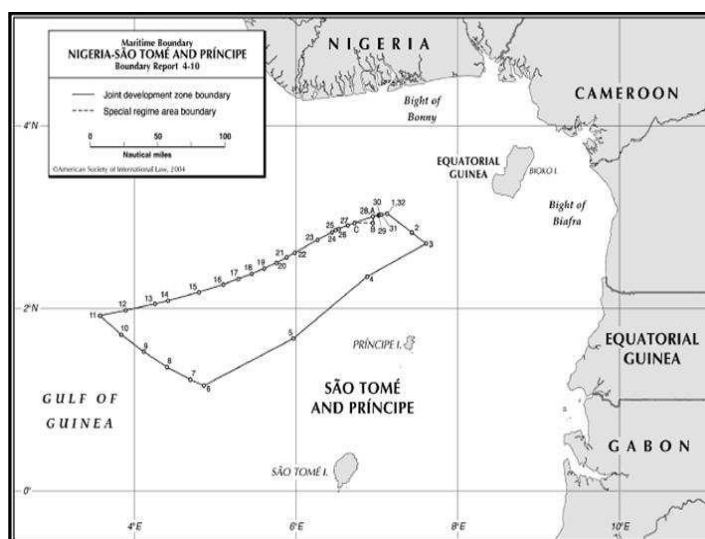
⁶⁶ Decisão do TIJ, caso Nigéria e os Camarões, disponível no link: <http://www.icj-cij.org/docket/index.php?sum=495&code=cn&p1=3&p2=3&case=94&p3=5>, consultado no dia [29.11.2017]

⁶⁷ DE ALMEIDA RIBEIRO, Manuel, e PEREIRA COUTINHO, Francisco, Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça; Don Quixote, 2016, pag. 217,218 e 219.

⁶⁸J. TANGA BIANG, *The United Nations – The Nippon Foundation of Japan Fellowship programme 2009-2010, THE JOINT DEVELOPMENT ZONE BETWEEN NIGERIA AND SAO TOME AND PRINCIPE: A CASE OF PROVISIONAL ARRANGEMENT IN THE GULF OF GUINEA INTERNATIONAL LAW, STATE PRACTICE AND PROSPECTS FOR REGIONAL INTEGRATION*, JDZ: http://www.un.org/depts/los/nippon/unnff_programme_home/fellows_pages/fellows_papers/tanga_0910_c_ameroon.pdf, consultado no dia [29.11.2017]

Considerando o impasse nas negociações, e perante a falta de acordo quanto ao método a ser usado para delimitação de fronteiras marítimas, os Estados decidiram em conformidade com o n.º. 3 dos arts. 74º. e 83º. criar a ZDC, com base nas linhas geodésicas que unem os pontos referidos no art. 2º. do Tratado, com distribuição de direitos e obrigação na proporção de 60% para a Nigéria e 40% para STP⁶⁹.

Fig. 3 Indicação das coordenadas de localização da ZDC.



Fonte : J. TANGA BIANG⁷⁰,

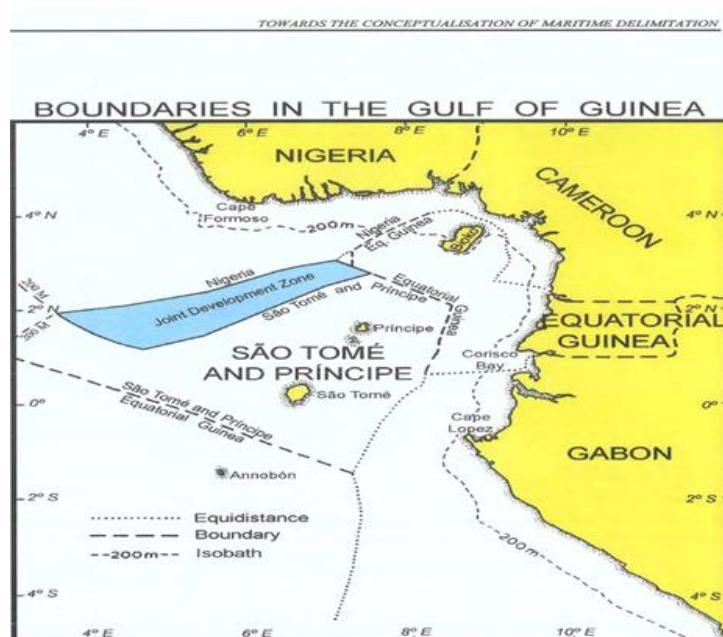
Com a criação da ZDC as fronteiras marítimas no Golfo da Guiné passaram a ser vista da seguinte forma:

Fig 4 Fronteiras no Golfo da Guiné⁷¹

⁶⁹ Art. 3º. n.º. 1 do Tratado - Princípios de Desenvolvimento Conjunto.

⁷⁰ J. TANGA BIANG⁷⁰, *The United Nations – The Nippon Foundation of Japan Fellowship programme 2009-2010, THE JOINT DEVELOPMENT ZONE BETWEEN NIGERIA AND SAO TOME AND PRINCIPE: A CASE OF PROVISIONAL ARRANGEMENT IN THE GULF OF GUINEA INTERNATIONAL LAW, STATE PRACTICE AND PROSPECTS FOR REGIONAL INTEGRATION.*

⁷¹ MARQUES ANTUNES, Nuno, *Towards the conceptualisation of maritime delimitation: legal and techical aspect of a political process*, Durham University, Durham E-Teses, vol. II pag.472



Fonte: Nuno Marques Antunes, fig. 37, pag. 472

A delimitação de fronteiras marítimas e o ajuste provisório de carácter prático são mecanismos jurídicos distintos.

A delimitação de fronteiras marítimas é um processo jurídico do qual resulta que o Estado costeiro exerce direitos de soberania e jurisdição sobre uma determinada zona marítima, colocando um fim a uma situação de concurso ou colisão de títulos. Por sua vez, havendo sobreposição de títulos sobre determinado espaço marítimo, as partes podem, por acordo, celebrar um ajuste provisório de carácter prático, embora sem prejuízo da delimitação definitiva de fronteira marítima.

Foi precisamente com base no disposto nos arts. 74º. n.º. 3 e art. 83º. n.º. 3 da CNUDM, que STP e a Nigéria celebraram o Tratado sobre a exploração conjunta⁷².

O Tratado foi ratificado pelo Decreto Presidencial n.º. 8/A/2001 após a sua aprovação pela Assembleia Nacional, publicado no Diário da República, suplemento n.º.

⁷² Tratado que cria a zona de desenvolvimento conjunto entre a Nigéria e STP, assinado em 21 de Fevereiro de 2001, aprovado pela Resolução da Assembleia Nacional n.º. 14/2001, publicado no Diário da República n.º. 6, 2º. Suplemento, de 9 de Agosto e ratificado pelo Decreto Presidencial n.º. 8-A/2001, publicado no Diário da República n.º. 6, de 9 de Agosto e depositado na sede das Nações Unidas, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/STP.htm>, acesso em [29.11.2017]

6/2001, de 9 de Agosto, e pela parte Nigeriana foi ratificado em 28 de Fevereiro de 2005⁷³, sendo este seguidamente depositado na sede das Nações Unidas⁷⁴.

Esse Tratado é composto por XI partes e I anexo, e espelha os contornos jurídicos relevantes objecto de proteção e criou a ZDC⁷⁵ situada entre as latitudes 1 e 3 graus norte e longitude 4 e 8 graus a leste do Golfo da Guiné, zona essa que abrange uma área de 34,548 km² com profundidades de água que variam de cerca de 1500m na parte norte da ZDC para mais de 4000m no seu sector sudoeste⁷⁶.

Este Tratado, gera direitos e obrigações que vinculam os Estados, na proporção estabelecida pelo princípio de desenvolvimento conjunto⁷⁷, e para celebração do mesmo os Estados-parte precisavam num plano jurídico-internacional dispor do título legal sobre as áreas marítimas alvo do acordo de desenvolvimento conjunto⁷⁸.

O Tratado que cria a ZDC surgiu após falta de acordo nas negociações que decorreram alternadamente quer em STP quer na Nigéria desde 1998⁷⁹ até Fevereiro de 2001, data da conclusão do Tratado, quanto ao método de delimitação de fronteiras marítimas entre os dois Estados.

VASCO BECKER-WEINBERG, define desenvolvimento conjunto como; *um esforço de cooperação para a internacionalização dos recursos naturais marinhos entre dois ou mais Estados para a exploração e exportação de depósitos de hidrocarbonetos*

⁷³ Official Gazette n°. 14 – vol. 92, pp. A01-30, 7th March 2005

⁷⁴ Cfr. <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/STP-NGA2001.PDF>

⁷⁵ Art. 2º. do Tratado

⁷⁶ Cfr. <http://archive.is/jFLhg#selection-529.1-529.277>, acesso em [29.11.2017]

⁷⁷ Art. 3º. do Tratado

⁷⁸ LAGONI, Rainer, Oil and gas Desposits across national frontiers - ASIL- The American Society of International Law, http://www.jstor.org/stable/2201608?seq=1#page_scan_tab_contents, consultado no dia 29.11.2017, pag. 216, “ *The territorial sovereignty of states extends to the mineral resouces in the soil and subsoil of their land territory and territorial sea to na unlimited depth. This exclusive authority exists whether or not the deposit has been discovered or the states is able or intends to exploit it. No other state may exercise any right over these mineral resources without the consente of the territorial state. This also holds true for the mineral resources of the continental shelf, though in that case states have “ exclusive sovereign rights” rather than full territorial sovereignty*” [Tradução nossa]

⁷⁹ J. TANGA BIAN, *The United Nations – The Nippon Foundation of Japan Fellowship programme 2009-2010, THE JOINT DEVELOPMENT ZONE BETWEEN NIGERIA AND SAO TOME AND PRINCIPE: A CASE OF PROVISIONAL ARRANGEMENT IN THE GULF OF GUINEA INTERNATIONAL LAW, STATE PRACTICE AND PROSPECTS FOR REGIONAL INTEGRATION*, http://www.un.org/depts/los/nippon/unnnff_programme_home/fellows_pages/fellows_papers/tanga_0910_cameroon.pdf, consultado no dia [29.11.2017]

*offshore que se encontram numa fronteira ou que se encontram em áreas marítimas de reivindicações sobrepostas*⁸⁰.

De acordo com o Tratado, existem os regulamentos aplicáveis, que incluem: *The Petroleum Regulations* 2003 (alterado em 2015); O Regulamento Fiscal de 2003 (alterado em 2015); as Diretrizes ambientais 2005 (alteradas e alteradas para os regulamentos ambientais em 2015); Regulamentos de atividades e impostos não petrolíferos 2012 e Política de conteúdo local da ZDC⁸¹.

O Tratado, faz alusão à celebração de um memorandum de entendimento sobre a ARE, constante do art. 5º. e anexo do Tratado, que, até agora pouco publicitado⁸².

Prevê regulamentação administrativa, civil e criminal das acções desenvolvidas na zona, remetendo esse último para o Direito Penal dos Estados.

Qualquer diferendo deverá ser regulado pela arbitragem da UNCITRAL e conduzida pela AACCL – *Centre for International Commercial Dispute Settlement, Lagos*,⁸³ sem descartar a possibilidade de outros procedimentos⁸⁴ previstos no art. 287º. da CNUDM.

Relativamente a direitos soberanos, ou seja, quem exerce a soberania na ZDC, pode-se depreender que há uma repartição de direitos que de um lado é exercido pela Autoridade Conjunta e por outro pela Nigéria, quando estiver em causa a ARE.

⁸⁰ BECKER – WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Hydrocarbon Deposits in the Law of the Sea, International Max Plank Research School for Maritime Affairs at the University of Hamburg, Hamburg Studies on Maritime Affairs*, ed. Springer, pag 7. “Hence, joint development may be briefly described as a cooperative effort for the internationalization of marine natural resources between two or more States for the exploration and exploitation of offshore hydrocarbon deposits that straddle a boundary line or that are found in maritime areas of overlapping claims”.

⁸¹ ALBERTO DOS PRAZERES, Luís, *Joint Development Zone/Joint Development Authority*, documento consultado durante as pesquisas, Abuja, 2017.

⁸² MARTINS DOS SANTOS, Rute e KILUANGE, Tiny, no comentário feito ao Tratado entre a República Federal da Nigéria e a República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a exploração conjunta dos recursos petrolíferos e outros, existentes na Área comum às respectivas zonas económicas exclusivas, ed. Juristep, Março de 2005, pag 6. disponível no link: <http://www.juristep.com/legislacao.htm#petrol>, acesso em [29.11.2017]

⁸³ Cfr. art. 47º. e 47.2 do Tratado

⁸⁴ COSTA E SILVA, Paula, “A resolução de controvérsias na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes*, Coimbra Editora, 2004

O Tratado criou duas entidades reguladoras das actividades na ZDC, nomeadamente o Conselho Ministerial Conjunto⁸⁵ e a Autoridade Conjunta⁸⁶ que constitui o braço funcional dos Estados envolvidos, visto ser dela a competência para gerir a zona conjunta e relacionar com os *players* petrolíferos; Estados, (IOCs - *International Oil Company*) ou NOCs – *National Oil Company*).

A Autoridade Conjunta, enquanto órgão que gere a ZDC, para o seu efectivo funcionamento socorre-se das receitas cobradas no exercício das suas actividades⁸⁷, e dessa gestão todo défice dos orçamentos aprovados para um dado exercício será suportado pelos Estados-parte na proporção de 60% para a Nigéria e 40% para STP, tal qual, a participação dos dois Estados no referido Tratado.

Quanto a outros recursos⁸⁸ existentes na ZDC, diferentes dos hidrocarbonetos, é de todo importante frisar que não há informações ou não são publicitadas as actividades de pesca, investigação científica, colocação de dutos e cabos submarinos, dentre outros, na ZDC e caso assim fosse qual o regime fiscal e das receitas aplicados as mesmas, visto que a fiscalização dessa zona é feita pelas autoridades Nigerianas, sem qualquer reporte ao Estado Santomense.

Os Estados signatários preocuparam-se com a problemática do emprego e formação e tipificaram no Tratado, *inter-ália*, aumentar a oportunidade de emprego dos nacionais dos Estados Parte, conducentes à condução segura e eficiente das actividades petrolíferas e outras actividades de desenvolvimento⁸⁹.

O Tratado STP/ Nigéria prevê no art. 31º. a “Unitização do petróleo” – acordo que “*visa essencialmente a preservação e o desenvolvimento de um depósito de hidrocarbonetos identificado como uma unidade única, a fim de assegurar a sua*

⁸⁵ Cfr. Parte 2 do Tratado, art. 6º., 6.2

⁸⁶ Cfr. Parte 3 do Tratado, art. 9º.

⁸⁷ Cfr. art. 17º. 1 do Tratado

⁸⁸ Parte 9 do Tratado, art. 32 e ss.

⁸⁹ Parte 10, art. 36º. do Tratado.

*produção eficiente e evitar o desperdício*⁹⁰”, conceito que difere do da “ZDC”⁹¹, que consiste em, “*acordos assinados entre dois ou mais Estados que estabelecem as condições para a realização de atividades de exploração e exploração de depósitos de hidrocarbonetos offshore que podem ser encontrados no leito marinho e no subsolo marinho de uma área marítima designada antes ou após a delimitação dos limites marítimos*”.

Um dos problemas é o facto do Tratado não referir, quais os mecanismos que devem ser utilizados na determinação do limite ou a fixação dos direitos sobre as jazidas de petróleo e outros recursos existentes na fronteira entre a ARE⁹² e o território marítimo da Nigéria, tendo como garantido que a ARE situa-se na ZDC no entanto, sob exploração exclusiva da Nigéria⁹³.

Portanto, quanto à materialização dessa unitização, mormente, *a designação do operador da unidade*, que deve elaborar o plano de desenvolvimento da actividade, *a criação da comissão de acompanhamento*, e *a criação de mecanismos próprios de resolução de conflitos dos acordos de unitização*⁹⁴ ainda não se verificou, uma vez, que todo o processo petrolífero ainda se encontra na fase inicial.

Nesses termos o anexo do Tratado retira todo e qualquer benefício de STP sobre eventuais dividendos resultantes da ARE, sem observância plena do princípio de desenvolvimento conjunto, previsto no art. 3º. do Tratado.

3.2.1 A Área de Regime Especial.

O Tratado no art. 5º. faz menção ao “Regime especial”, e o seu anexo consagra o regime jurídico e os traços envolventes da ARE.

⁹⁰ BECKER- WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Hydrocarbon Deposits in the Law of the Sea*, Springer, International Max Planck Reserch School (IMPRS) for Maritime Affairs at the University Of Hamburg, pag 24. pontos 2.2.4 [Tradução nossa]

⁹¹ BECKER- WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Hydrocarbon Deposits in the Law of the Sea*, Springer, International Max Planck Reserch School (IMPRS) for Maritime Affairs at the University Of Hamburg, pag 26 e 27. pontos 2.2.4 [Tradução nossa]

⁹² Cfr. Art. 5º. e Anexo do Tratado.

⁹³ Cfr. n.º. 1 do Anexo do Tratado.

⁹⁴ VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos e DE FIQUEIREDO MARCOS, Rui, “Direito do Petróleo”, ob. Col. Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, Maio, 2013, pag.76

Sendo a ARE parte integrante da ZDC, não parece claro o fundamento da mesma estar sob direitos exclusivos da Nigéria, conforme estipula o nº. 1 do Anexo e determina que;

“Independente das outras disposições deste Tratado, a Nigéria, durante toda a sua vigência, tem direitos exclusivos de administrar a área de regime especial e exercer jurisdição sobre a mesma, incluindo o direito de explorar e desenvolver os seus recursos para o seu benefício próprio”.

Fig. 5. Localização da Área de Regime Especial



Fonte: Tanga Biang⁹⁵

Esse anexo, faz ainda alusão no nº. 2 que;

“ A Nigéria Salvaguardará os interesses de STP, assumindo alguns projectos de desenvolvimento que serão regulados por um memorando de entendimento que fará parte integrante do Tratado”.

Consagra o nº. 5 do art. 31º. do referido Tratado que;

⁹⁵ **TANGA BIANG**, “THE JOINT DEVELOPMENT ZONE BETWEEN NIGERIA AND SAO TOME AND PRINCIPE: A CASE OF INTERIM ARRANGEMENT IN THE GULF OF GUINEA”, UN-NIPPON FOUNDATION FELLOW 2009-2010, disponível no link: http://www.un.org/depts/los/nippon/unnff_programme_home/fellows_pages/fellows_papers/tanga_0910_cameroon_PPT.pdf. acesso em [29.11.2017]

“ Para efeitos desde artigo 31º. a Área de Regime Especial será tratada como se estivesse fora da zona de desenvolvimento conjunto, mas sim, na área marítima exclusiva da Nigéria”.

Parece antagónico o pensamento negocial presente nesse Tratado, uma vez que, no art. 4º. deste Tratado diz claramente que;

“ Nada contido neste Tratado deverá ser interpretado como renúncia de qualquer direito ou reivindicação relativos ao todo ou a parte da zona por qualquer dos Estados Parte ou como o reconhecimento por um dos Estados da posição do outro relativamente a qualquer direito ou reivindicação sobre a zona ou parte dela.”

Essa zona põe em causa o princípio de desenvolvimento conjunto, previsto no art. 3º. do referido Tratado, que estabelece a partilha de 60% para a Nigéria e 40 % para STP de todos os benefícios e obrigações provenientes das actividades realizadas nessa zona⁹⁶.

O princípio de desenvolvimento conjunto, se posiciona como âmago do Tratado, no entanto, embora esteja explícito no art 3º. do mesmo, não é comum no plano internacional num acordo de desenvolvimento conjunto um dos Estados abrir mão de parte da zona circunscrita ao Tratado em detrimento do outro Estado, concedendo ao mesmo direitos exclusivos para exploração dos recursos, como acontece com a ARE.

De alguns Tratados existentes, que criam zonas de exploração conjunta, de acordo com a *British Institute of International and Comparative Law*, na obra “ *Joint Development of Offshore Oil And Gas, a Model Agreement for States for Joint Development With Explanatory Commentary*⁹⁷”, nenhum deles faz alusão a criação da ARE com atribuição à um dos Estados de uma zona circunscrita ao Tratado para sua exclusiva exploração.

⁹⁶ Art 3.1. do Tratado STP- Nigéria

⁹⁷ Joint Development Of Offshore Oil and Gas, A model Agreement for States for Joint Development with Explanatory Comentary, British Institute of International and Comparative Law, pag 239

O Tratado, para além de estabelecer as áreas de intervenção de cada Estado⁹⁸, prevê a possibilidade de criação de ARE. Os critérios que estiveram na base da atribuição dessa zona à Nigéria não são publicitados nem no GRIP e nem tão pouco na ANP⁹⁹.

A “unitização de petróleo” a que faz referência o art. 31º. do Tratado, parece programada para que seja feita entre a ZDC e a Nigéria, quando estiver em causa a unitização com os recursos existentes na ARE, visto que, os Estados acordaram que a ARE, fosse tratada como situada fora da ZDC e sob os direitos exclusivos da Nigéria.

Fica ainda por desmitificar os contornos da unitização, prevista no art. 31º. do Tratado. Para além da não regulamentação dessa matéria quando diz respeito a exploração petrolífera, o Tratado não faz alusão a unitização dos recursos vivos¹⁰⁰ deixando em aberto o âmbito de aplicação desse Tratado em matéria de aproveitamento e conservação dos recursos haliêuticos.

O Tratado também criou o regime regulatório e fiscal das actividades petrolíferas¹⁰¹ na ZDC, no entanto, as actividades desenvolvidas na ARE, são marginais ao presente Tratado em matéria tributária, visto que, até ao momento a Nigéria detém direitos soberanos e exclusivos sobre a mesma, e a matéria em causa não é regulada pelo presente Tratado.

O Anexo do Tratado contém contradições passíveis de solução por acordo ou pelo procedimento constante do art. 47º. e seguintes do Tratado e em respeito ao preceituado no art. 59º. da CNUDM desde logo entre o art. 4º. e o n.º 5 do art. 31º. do Tratado.

Os fundamentos seriam claros, pelas incongruências verificadas nos artigos 4º. e 31º. e bem assim, porque sendo a Nigéria, como consta do Tratado, exploradora e gestora dos recursos existentes na ARE sem dúvidas, quanto a essa área a Nigéria estaria/poderia estar negociando consigo mesma, caso seja necessária a unitização dos

⁹⁸ DONALD R. ROTHEWELL AND TIM STEPHENS, “The International law of the Sea”, Hart Publishing, Oxford and Portland, Oregon, 2010, pag 408 à 410

⁹⁹ Estão em curso negociações para extinção da ARE, de acordo com as informações recolhidas pelo autor, junto a fontes ligadas ao processo.

¹⁰⁰ MYRON H. NORDQUIST, “Center for ocean law and Policy, Universidade de Virgínia,— United Nations Convention on The Law of The Sea, 1982, A commentary, editor-in-chefe Martins Nijhoff Publishers, 1985, Vol. I, pag.231, art. 62

¹⁰¹ Parte 8, art. 21 e ss do Tratado.

recursos vivos e não vivos da ZDC e o mar da Nigéria, visto que, não obstante a Nigéria poder negociar os blocos existentes na ARE com as IOC's (*Internacional Oil Company*) nada impediria de negociar com as NOC's (*National Oil Company*), procedimento que STP fica excluído a luz do n.º 5 do art. 31.º do Tratado.

Portanto, pelo facto do Tratado se manifestar prejudicial aos interesses económicos de STP, poderá ser suscitada a revisão e ou estabilização do mesmo quanto a ARE, e uma revisão extraordinária de todo o Texto do Tratado, nos termos do art. 39.º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, e art. 51.º n.º 1 do referido Tratado, em que, STP detém a participação de 40% e ainda assim não possui os mecanismos de controlo e fiscalização da chamada ARE, onde a Nigéria com os 60% explora de forma exclusiva essa zona.

No entanto, caso não haja acordo¹⁰², só no 30.º ano (2031), dos 45 (2046) da sua duração¹⁰³, poderá ser feito, sem descartar a possibilidade de recursos a outros procedimentos previstos na CNUDM, mormente, o art. 287.º e demais normas previstas na Parte XV.

3.2.2 A protecção e preservação do meio ambiente marinho na ZDC

A CNUDM estatui no seu artigo 192.º que, “ Todos os Estados têm a obrigação de proteger e preservar o meio marinho”.

Para o efeito, os Estados costeiros devem adoptar leis e regulamentos e tomar medidas necessárias para pôr em prática as regras e normas internacionais, para prevenir e controlar a poluição do meio marinho, proveniente directa ou indirectamente das actividades relativas aos fundos marinhos sob sua jurisdição e proveniente de ilhas

¹⁰² MARTINS DOS SANTOS, Rute e KILUANGE, Tiny, no comentário feito ao Tratado entre a República Federal da Nigéria e a República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a exploração conjunta dos recursos petrolíferos e outros, existentes na Área comum às respectivas zonas económicas exclusivas, ed. Juristep, Março de 2005, pag 6. Nota n.º 1, “disponível no link: <http://www.juristep.com/legislacao.htm#petrol>, acesso em [29.11.2017] “Os Estados Membros renegociaram o Regime Especial em Abusa, em 6 de Fevereiro de 2003, no sentido de incluir a Área de Regime Especial na zona de Exploração conjunta. O documento oficial ainda não foi ratificado pelos respectivos parlamentos.”

¹⁰³ Art. 51 do Tratado.

artificiais e estruturas sob a sua jurisdição, nos termos dos artigos 60º. e 80º. da CNUDM¹⁰⁴.

A ZDC, enquanto zona partilhada por STP e a Nigéria, quanto aos fundos marinhos, está sujeita a jurisdição dos dois Estados.

Embora STP e a Nigéria sejam parte da CNUDM, que reserva a Parte XII á regulação da Protecção e Preservação do Meio Marinho, não parece claro no Tratado¹⁰⁵ a regularização cabal dessa matéria. Considerando os riscos decorrente da actividade marítima, qualquer forma de poluição estaria a colocar em causa a subsistência de grande parte da população que tem no mar, a sua principal fonte de rendimento. Assim sendo, na ZDC o Tratado impõe aos Estados a obrigação de proteger e preservar o meio marinho.¹⁰⁶

O Tratado prevê no art. 38º. a regulamentação superficial, em matéria de prevenção de poluição e protecção do meio ambiente marinho, uma vez que, só se preocupa com as seguintes questões:

- a) O derramamento de petróleo ou acontecimento susceptível de causar poluição e que exija medidas correctivas que ultrapassem as capacidades do operador;
- b) Descarga no mar de grandes quantidades de petróleo de uma instalação ou conduta;
- c) Colisão no mar que resulte em danos a uma instalação ou conduta;
- d) Evacuação de pessoal de uma instalação por razões de força maior, infortúnio ou qualquer outra emergência.

Considerando os riscos decorrentes, pode-se claramente depreender que o Tratado em causa, acima de qualquer outra, preocupa-se mais com a componente económica do que propriamente a ambiental.

Das actividades decorrentes da exploração petrolífera, não estão em causa só as formas de poluição acima mencionadas. Portanto, pergunta-se: como será equacionada

¹⁰⁴ Art. 208º. e 214º. da CNUDM

¹⁰⁵ Art. 38º. do Tratado.

¹⁰⁶ Art. 192º. da CNUDM

a questão do tratamento da água de lastro dos navios¹⁰⁷ que causam silenciosamente a poluição, degrada e altera completamente o ecossistema marinho, bem como a possível construção de *pipelines*¹⁰⁸, gasodutos, oleodutos e a lavagem dos tanques dos petroleiros, a poluição por Dumping¹⁰⁹, que pese embora ser inclusa no ramo da poluição marítima, *lato sensu*¹¹⁰, tem contornos mais profundos¹¹¹.

O Tratado, em momento algum faz alusão ao desmantelamento das plataformas petrolíferas e a política ambiental a ela relacionada, e pese embora o Tratado tenha sido elaborado com base na incerteza sobre a existência de hidrocarboneto em quantidade comerciável, na perspectiva de exploração petrolífera, umas das questões que deviam ser acauteladas e previstas no Tratado é sem dúvidas as implicações ambientais desse processo.

Pelas palavras do autor JOSÉ SALGADO GOMES e FERNANDO BARATA ALVES, “o abandono das plataformas petrolíferas no offshore não é só uma preocupação do Green Peace e de outras instituições ambientalistas, mas também uma preocupação cada vez mais presente nas políticas de Governos e companhias petrolíferas”¹¹².

O artigo 193º. da CNUDM prevê que, os Estados têm o direito soberano de explorar seus recursos naturais de acordo com suas políticas ambientais e de acordo com seu dever de proteger e preservar o meio marinho.

VASCO BECKER-WEINBERG entende que “as instalações e estruturas offshore que não estão mais em uso ou que são abandonadas constituem uma grande

¹⁰⁷ Art. 195º. da CNUDM.

¹⁰⁸ Embora essa matéria seja regulada no Tratado, art. 38º. b) STP ratificou a Convenção SUA- que regula essa matéria, mas não ratificou os protocolos subsequentes, o que se pode questionar: em caso de ter que se socorrer da mesma em caso de conflito com a Nigéria, que efeito terá?

¹⁰⁹ IMO – HOSSEIN ESMAEILI AND BRENDAN GRIGG, “Pollution from Dumping”, in the IMLI, Manual on International Law, vol III, General Editor, David Joseph ATTARD, edited by, Malgosia Fitzmaurice Norman a Martínez Gutiérrez Riyaz Hamza, Oxford, 2016

¹¹⁰ Art. 210º. da CNUDM

¹¹¹ DOUGLAS BRABAKER, “Marine Pollution and International Law, Principles and Practice”, Belhaven Press, London and Florida, 1993, pag 14-21

¹¹² SALGADO GOMES, José, BARATA ALVES, Fernando, O Universo da Indústria Petrolífera, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª. edição, Lisboa 2014, pag. 496

*preocupação com a segurança da navegação e representam uma ameaça para o meio marinho, bem como para outras atividades importantes, como a pesca*¹¹³”.

Com efeito, após as instalações e as estruturas terem completado seu propósito funcional, os Estados costeiros devem, no entanto, manter as zonas de segurança e os sinais de alerta necessários, além de dar publicidade à sua profundidade, posição e dimensões¹¹⁴.

Contrariamente à Convenção de 1958 sobre a plataforma continental, que incluía uma obrigação juridicamente vinculativa para a remoção de instalações abandonadas ou que já não estavam em uso, a CNUDM deixou à discrição dos Estados costeiros a decisão de criar uma obrigação de remoção¹¹⁵. Essa descrição não exime os Estados costeiros da responsabilização pelos danos causados por poluição resultante dessa actividade.

Portanto, não existe, no texto do Tratado qualquer referência a esse facto. A Autoridade Conjunta, criada no âmbito do Tratado, suportada pelos Estados, terá em matéria de preservação do meio ambiente marinho, o próprio Tratado como instrumentos jurídicos, para resolução de danos ambientais e as Diretrizes Ambientais 2005 aplicáveis dentro da ZDC.

A Autoridade conjunta, deverá adequar as actividades petrolíferas e outras realizadas na mesma, em conformidade com as normas Internacionais, dentre elas a Convenção MARPOL de 1983¹¹⁶, e CLC de 1969 e seus respectivos protocolos¹¹⁷,

¹¹³ BECKER- WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Hydrocarbon Deposits in the Law of the Sea*, Springer, International Max Planck Reserch School (IMPRS) for Maritime Affairs at the University Of Hamburg, pag 84, pontos 5.4.4 [Tradução nossa]

¹¹⁴ Art. 70º nº. 3 da CNUDM

¹¹⁵ BECKER- WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Hydrocarbon Deposits in the Law of the Sea*, Springer, International Max Planck Reserch School (IMPRS) for Maritime Affairs at the University Of Hamburg, pag. 84 e 85

¹¹⁶ Convenção Internacional para a Conservação da Poluição por Navios, realizada em Londres em 2 de Novembro de 1973 e entrou em vigor em 2 de Outubro de 1983, com a redacção que lhe foi dada pelo Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, publicado em 1340 UNTC 61 [MARPOL 73/78].

¹¹⁷ Convenção internacional sobre responsabilidade civil por danos causados pela poluição por hidrocarbonetos (CLC, adoptada a 29 de Novembro de 1969, entrada em vigor em 19 de Junho de 1975, substituída pelo Protocolo de 1992: adoptada a 27 de Novembro de 1992, em vigor a 30 de Maio de 1996, site da IMO, link: [http://www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-on-Civil-Liability-for-Oil-Pollution-Damage-\(CLC\).aspx](http://www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-on-Civil-Liability-for-Oil-Pollution-Damage-(CLC).aspx) acesso em [29.11.2017]

evitando a poluição por hidrocarboneto à Estados terceiros e no âmbito interno STP dispõe da Lei 13/2007 – Lei de Base de Segurança Marítima e de Prevenção contra a Poluição no Mar.

CARLA AMADO GOMES, entende que, “ *num domínio em que a prevenção deve constituir a regra de ouro de acção – e que se traduz no princípio da proibição sob reserva de permissão de todas as actividades que possam causar impactos significativos no ambiente, conceder relevo ao instituto de responsabilidade civil pode parecer contraproducente. Na verdade, a ênfase deve ser dada à evitação – ou minimização do dano, não à sua reparação*” ¹¹⁸.

A ZDC está adjacente a costa marítima de outro Estado e qualquer risco de *blowouts* e seu impacto ambiental deverá ser acautelado. Para isso necessário se torna adoptar procedimentos e regulamentação que garantam a qualidade e a segurança dessas operações, evitando responsabilidades internacionais por poluição marítima, que dada a sua difícil situação económica, os Estados-parte no Tratado não estariam em condições de reparar.

Num passado não muito distante, o incidente no poço Macondo da plataforma Deepwater Horizon, no Golfo do México em 2010, com o poço Ixtoc-1 operado pela petrolífera mexicana Pemex na Baía de Campeche do Golfo do México em 1979, com o navio Prestige, navio Erika, com o Exxon Valdez, criaram poluição significativa no mar dos Estados, e situações dessa natureza deverão ser acauteladas, evitando assim danos graves aos ecossistemas marinhos.

3.3 Relação entre o Tratado e a delimitação de fronteiras marítimas entre STP e a Nigéria.

Ao abrigo do n.º 1 do art. 2.º da CNUDM, STP tem direitos soberanos sobre o seu mar territorial, águas arquipelágicas e interiores e direitos de soberania sobre os recursos

¹¹⁸ AMADO GOMES, Carla, introdução ao Direito do Ambiente, 2.º. Ed. Associação académica da faculdade de Direito de Lisboa, 2014, pag. 239

existentes na ZEE¹¹⁹ e exerce esse direito nos recursos existentes na plataforma continental¹²⁰.

STP e Nigéria a data da celebração do Tratado reclamavam a titularidade do espaço marítimo onde se localiza a ZDC¹²¹ como parte da ZEE dos dois Estados de conformidade com as 200 milhas marítimas consagradas no art. 57º. e 76º. n.º. 1 da CNUDM.

Perante a recusa dos Estados em reconhecer a zona marítima onde se localiza a ZDC como parte do território do outro, e acautelando seus interesses económicos, decidiram, por acordo, celebrar o Tratado.

No âmbito internacional, os acordos de desenvolvimento conjunto não são uma via de delimitação de fronteiras marítimas, mas sim, um ajuste provisório de carácter prático, conforme recomendam os arts. 73º. n.º. 3 e 84º. n.º. 3 da CNUDM, que traduzem-se em acordos entre Estados, com títulos legais, sobre uma determinada área marítima disputada, visando a exploração de recursos marinhos vivos e não vivos.

Importa ainda dizer que, a complexidade na delimitação de Fronteiras entre STP e a Nigéria, foi sem dúvida a existência de jazidas de petróleo e outros recursos existente na área comum às respectivas ZEE e a plataforma continental dos dois Estados¹²².

Relegando para o segundo plano a delimitação de fronteira marítima *stricto sensu*, com o campo de aplicação dos direitos de soberania e jurisdição dos Estados, esse Tratado apenas se preocupou com a localização estratégicas dos pontos para o traçado da zona considerada relevante¹²³, de forma que, com a delimitação fosse possível partir a fração marítima por onde se encontram localizados os recursos.

RAINER LAGONI, no seu artigo “*Oil And Gas Deposits Across National Frontiers*”¹²⁴, entende que “... (if and when natural resouces are thought to exist in na

¹¹⁹ Art. 56º. da CNUDM

¹²⁰ Art. 77º. da CNUDM

¹²¹ Preambulo do Tratado.

¹²² Cfr. Preâmbulo do Tratado.

¹²³ Art. 2º. do Tratado

¹²⁴ LAGONI, Rainer, “Oil and gas Desposits across national frontiers”, pag. 231 - ASIL- The American Society of International Law, http://www.jstor.org/stable/2201608?seq=1#page_scan_tab_contents, consultado no dia [29.11.2017]

offshore area, the overlapping claim of two or more states may be no obstacle to the conclusion of delimitation agreements)”, deixando claro que, a existência de recursos naturais “depósitos petrolíferos e outros” na zona marítima entre Estados, não obstaculiza a delimitação de fronteiras.

Portanto, essa delimitação deverá obedecer critérios envoltos no princípio da liberdade dos Tratados entre Estados, no entanto, não deve ser prejudicial aos interesses dos mesmos, sendo ou não detentores de recursos financeiros para a sua exploração e consecutivo aproveitamento.

Destarte, os recursos existentes na zona marítima comum entre os dois Estados estiveram na base das divergências políticas e técnicas das posições dos Estados, que resultou no bloqueio total das negociações, e que só em 2001 os Estados decidiram pelo Tratado com vista a exploração conjunta dos recursos, sem a renúncia de fronteiras pelos Estados contratantes¹²⁵.

É interessante verificar que, volvidos 16 anos desde a assinatura do Tratado e procedimentos inerentes ao mesmo, nomeadamente, contratos de partilha de produção e concessão de blocos petrolíferos, pouco serviu para o crescimento económico em STP.

Senão vejamos:

A ZDC, gera para os Estados recursos que são partilhados na percentagem de 60% para a Nigéria e 40% para STP.

Relativamente a operações petrolíferas, a Autoridade Conjunta, criada no âmbito do Tratado, realizou duas rodadas de licenças até à data (2003 e 2004) e concedeu através de licitações competitivas seis (6) blocos na ZDC, dos 11 (onze) blocos previamente delineados¹²⁶.

¹²⁵ Preambulo do Tratado, 10º. §

¹²⁶ PRAZERES, Luís, “THE JOURNEY SO FAR THE STORY OF THE NIGERIA-SAO TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT ZONE (JDZ) FROM 2002 TO 2014, EXECUTIVE DIRECTOR (COMMERCIAL & INVESTMENT) /, CHAIRMAN OF THE BOARD NIGERIA SAO-TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT AUTHORITY”, Maio, 2014, documento consultado durante as pesquisas.

Um total de seis poços foram perfurados em 4 blocos (1,2,3 e 4) da ZDC. O petróleo e o gás foram descobertos em todos os 4 quarteirões; óleo leve com API 47. O bloco 1 possui uma reserva de mais de 100 milhões de bbl.

No entanto, não obstante os incentivos fiscais¹²⁷, alguns dos operadores atribuíram ou renunciaram aos seus interesses em desenvolver os blocos, decorridos vários anos de pesquisa e prospeção. Uma razão comum mencionada para a retirada foi que a quantidade de hidrocarbonetos encontrada não foi suficiente para tornar os projetos sustentáveis e viáveis.

De acordo com o II Relatório da ITIE – Iniciativa para Transparência da Indústria Extrativa¹²⁸, o total de fluxos da ZDC desde a sua constituição, foi o seguinte:

- Receitas petrolíferas no montante de USD 302.693.032. Dessa receita, foram realizadas Despesas de funcionamento da Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (ADC) no valor de USD 129.119.420 (43% do total de receitas petrolíferas) e Projetos sociais e bolsas de formação executados no valor de USD 8.850.000.

Fig 7. Tipo de fluxo de petróleo, o montante e a percentagem que compõe as receitas na ZDC.

Tipo de fluxo petrolífero	(Montantes em USD)	Percentagem	Contrato de Partilha de Produção referente a 5 blocos <ul style="list-style-type: none"> • Bloco 1 (2005 e 2015) • Bloco 2 (2006) • Bloco 3 (2006) • Bloco 4 (2006) • Bloco 5 (2012)
Bónus de assinatura	272.200.000	89,93%	
Rendimentos informação sísmica	4.473.172	1,48%	
Formação	1.984.542	0,66%	
Transferência de acções	3.882.677	1,28%	
Taxas de licenciamento	1.143.908	0,38%	
Aluguer da concessão	3.954.794	1,31%	
Farming Out	1.500.000	0,50%	
Transferência da Participação	1.429.548	0,47%	
Projectos sociais	555.286	0,18%	
Extração de amostras	40.000	0,01%	
Estudos de prospeção	1.966.200	0,65%	
Taxas de processamento	1.980.000	0,65%	
Outros	1.094.958	0,36%	
Juros	6.487.947	2,14%	

¹²⁷ NIGÉRIA- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Joint Development Authority, Petroleum Tax Regulation, 2015, documento consultado durante a pesquisa.

¹²⁸ Associado por recomendação da Declaração de Abuja, de 26 de Junho de 2004, art. 8, <http://www.juristep.com/legislacao.htm>, consultado em [29.11.2017]

Total	302.693.032		
--------------	--------------------	--	--

Fonte: II Relatório da ITIE¹²⁹

As receitas proveniente da ZDC (40%), fazem parte integrante do total das receitas petrolíferas e são, ou pelo menos deviam ser geridas pelo Comité de Gestão e Investimentos de STP¹³⁰.

A Lei-quadro das Receitas petrolíferas, Lei n.º 8/2004 nos artigos 8º. e 9º. define a percentagem anual que deverá ser alocada ao OGE, de forma a fazer face a realização de despesas. Cabe ao Governo Santomense a inclusão na proposta do OGE uma verba anual, a ser transferida da Conta Nacional do Petróleo para realização das despesas com objetivos específicos.

A afectação da verba anual é descentralizada, sectorial e territorial e só é transferida da Conta Nacional do Petróleo para a Conta do Tesouro, após aprovação definitiva do OGE, que observará os seguintes limites:

a) Para cada ano, a partir de 2006 até o fim do primeiro ano após o início de produção, a verba anual não deve exceder o maior dos seguintes valores:

- 20% do valor do saldo da Conta Nacional do Petróleo em 31 de Dezembro de 2005, como estimado pelo Banco Central;

- 20% do valor total estimado da Conta Nacional do Petróleo no fim do Ano imediatamente anterior, como estimado pelo Banco Central;

- Em cada ano, após a data em que for anunciada a descoberta comercial de hidrocarbonetos e após a garantia de produção, o montante correspondente ao valor total previsto para a Conta Nacional do Petróleo no fim do ano imediatamente anterior, como estimado pelo Banco Central, dividido pelo número de anos remanescentes até o término do primeiro ano após o previsto ano de Início de Produção.

¹²⁹ ITIE – Extractive Industries Transparency Initiative, Segundo Relatório, disponível no link. <https://eiti.org/document/2014-sao-tome-principe-eiti-report>, , pag. 11, acesso em [04.12.2017]

¹³⁰ Art. 11º. e ss da Lei-quadro das receitas Petrolíferas- Lei n.º. 8/2004, de 30 de Dezembro, promulgada em 29.12.2004, publicada a 04.01.2005 no Diário da República n.º. 13, que entrou em vigor a 04.01.2015.

Após o início do processo de exploração, a alocação de verbas ao OGE obedecerá outros critérios¹³¹.

Assim sendo, a percentagem das receitas petrolíferas alocadas ao OGE de STP, de qualquer ano económico até ao fim do primeiro ano do início da exploração será de vinte por cento (20%), o que pode-se assim dizer que ainda não se vê, efectivamente os efeitos socioeconómicos das receitas petrolíferas, uma vez que, o OGE (2016), é suportado grande parte por previsões de ajuda externas.

O OGE para o ano económico 2016, foi avaliado em 170 milhões de dólares e era virado essencialmente para os sectores das infraestruturas, que receberá 20,2 % das receitas, sector da saúde com 14,2 e educação com 12,4 %, agricultura 6,7 % e administração interna 4,2%, respectivamente.

Dos 170 milhões de dólares inscritos na proposta do OGE, para o ano económico de 2016 é anunciado que 58,8% das despesas serão asseguradas por recursos internos e 41,2 % por recursos externos. STP dada a sua fragilidade económica, até agora só consegue com os seus próprios recursos financiar 10% do seu orçamento¹³² que no presente ano (2017) vê esse orçamento reduzido para 130 milhões de Dólares.

E, de acordo com o II Relatório da ITIE¹³³, as áreas cuja locação de receitas e sua materialização se verificou, foram, a Educação; a manutenção da ANP e da ZDC e a realização de alguns projectos sociais. Importa referir que quanto a bolsa de estudos, essas receitas advêm dos compromissos sociais decorrentes dos contratos de concessões assinados e são geridas pela ANP, em função do plano apresentado pelo Ministério da Educação, Cultura e Formação.

No entanto, o plano de investimento deveria prever outras possibilidades de gestão e aplicação dessas receitas, nomeadamente nas áreas tradicionalmente económicas comprovadas. Actualmente, das políticas orçamentais, a economia do mar não é

¹³¹ Art. 8. nº. 3 al. b) e nº. 4 da Lei nº. 8/2004, de 30 de Dezembro.

¹³² Cfr. Site do Jornal Digital rfi, disponível no link: <http://pt.rfi.fr/sao-tome-e-principe/20160108-aprovado-orcamento-de-estado-de-sao-tome-e-principe>; acesso em [04.12.2017]

¹³³ ITIE – Extrative Industries Transparency Initiative, Segundo Relatório, disponível no link. <https://eiti.org/document/2014-sao-tome-principe-eiti-report>, pag. 11, acesso em [04.12.2017]

priorizada, de forma a concorrer para o crescimento económico e o consequente melhoramento do nível de vida dos cidadãos. Embora o petróleo seja um recurso marinho não vivo por excelência, era de todo oportuno, usar as receitas decorrentes da sua utilização, de forma a potencializar outras áreas marítimas económicas, de forma a libertar o país da dependência externa.

Um outro aspecto que merece destaque respeita à segurança marítima na ZDC. Um dos maiores desafios que os Estados signatários do Tratado terão que enfrentar, é sem dúvidas a protecção da ZDC, perante a pirataria marítima e outras formas de criminalidades recorrentes no Golfo da Guiné¹³⁴.

Em matéria penal a ZDC continua sendo uma zona de jurisdição partilhada pelos Estados¹³⁵ e o policiamento da zona deverá ser feita pelos Estados-parte¹³⁶.

Por deliberação do Conselho Ministerial Conjunto em sua 22ª. reunião ordinária, de 10 a 12 de Março de 2014, a Autoridade Conjunta ficou encarregue de propor um acordo temporário de Cooperação Militar Bilateral para garantir a segurança da ZDC e que as acções dessa Cooperação visassem a segurança aos investidores e seus equipamentos durante a realização das actividades da zona¹³⁷.

A CNUDM contem a previsão e regras de punição da pirataria marítima cujo elemento constitutivo do tipo legal do crime, se encontra previsto no art. 101º., nomeadamente;

1. Elemento material - acto de violência, depredação, detenção, utilização voluntária do navio, ou ajuda dolosa ou ainda no incitamento na ajuda dolosa ao crime.
2. Elemento subjectivo – quanto ao sujeito – Pirata, o tripulante ou passageiro do navio privado. O navio de Estado sob tripulação pirata é

¹³⁴ KAMAL – DEEN ALI, “Maritime security Cooperation in the Gulf of Guinea, Perspects and Challenge”, Brill/Nijhoff Leiden/Boston, Publications on ocean Development, vol. 79, 2015

¹³⁵ Art. 40º. do Tratado

¹³⁶ Art. 43º. do Tratado

¹³⁷ PRAZERES, Luís, “THE JOURNEY SO FAR THE STORY OF THE NIGERIA-SAO TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT ZONE (JDZ) FROM 2002 TO 2014, EXECUTIVE DIRECTOR (COMMERCIAL & INVESTMENT) /, CHAIRMAN OF THE BOARD NIGERIA SAO-TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT AUTHORITY”, Maio, 2014, documento consultado durante as pesquisas.

considerado privado. Quando a vítima – todos aqueles contra quem são dirigidas essas acções.

3. Elemento funcional – acto cometido para fim privado, não enquadrando para esse fim actos cometidos para fins políticos, que nesse caso estaríamos enquadrados na actividade de Dorso- que é uma actividade delegada pelo Governo¹³⁸
4. Elemento espacial – no alto mar ou espaço marítimo não sujeito a jurisdição de qualquer Estado.

Essa forma de criminalidade que teve incidência na era contemporânea no “Golfo do Aden” e alastrado a partir de 2006¹³⁹ constitui uma clara preocupação dos Estados criadores da ZDC, sobretudo pelas questões criminais que aí levantam, quanto a aplicação do direito Penal e a jurisdição para o efeito.

A pirataria é um crime, doloso por ser “voluntário” e “intencional”, de acordo com o art. 101º. al. b) e c) da CNUDM. O apresamento de qualquer navio pirata poderá ser feito pelos Estados¹⁴⁰, através dos navios de guerra ou militares¹⁴¹, ostentando sinais que o identificam como estando autorizado por e em serviço de uma Governo, e o direito de perseguição poderá ser exercido, podendo iniciar-se no mar territorial e na zona contígua dos Estados, *mutatis mutandis*, na ZEE¹⁴², perseguição essa que terá de ser de forma contínua, e cessa, caso o navio perseguido entre na ZEE do Estado de Bandeira ou na ZEE de outro Estado.

Para punição dessa e outras formas de criminalidade o Tratado de desenvolvimento conjunto, prevê no art. 40º¹⁴³. o Direito penal e jurisdição, indicando para o efeito o Estado competente para punir nos casos de prática de crimes na Zona conjunta.

¹³⁸ OCTAVIANO MARTINS, Eliane Maria, REIS DE OLIVEIRA, Paulo Henrique, MENEZES, Wagner, “Pirataria Marítima - Do conceito à ocorrência: o papel da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar no entendimento do conceito de Pirataria”, Direito do Mar, desafios e Perspectivas, em homenagem a Vicente Marrota Rangel ARRES, Ob. Col., ed. Belo Horizonte, 2015, pag. 182-189

¹³⁹ DA GLÓRIA GARCIA, Maria, CORTÊS, António e ROCHA, Armando, “Direito do Mar, Novas Perspectivas”, Universidade católica, Lisboa, 2016, pag 68 – 99.

¹⁴⁰ art. 105º. da CNUDM

¹⁴¹ Art. 107º. da CNUDM

¹⁴² Art. 111º. da CNUDM

¹⁴³ Art. 40. n.º. 1 à 6 do Tratado.

Da prática de crimes dentro da ZDC, os Estados terão jurisdição para aplicação do seu direito penal, sobre os seus nacionais, conforme o art. 40º. n.º. 1 do Tratado. De outra sorte, quando o agente do crime for cidadão de um terceiro Estado ficará sujeito ao direito penal de ambos os Estados¹⁴⁴.

Uma questão que permanece encoberta é, que critérios serão tidos em conta para atribuir à qualquer dos Estados-partes a prerrogativa de julgar com base na sua Lei, por crimes praticados na ZDC por cidadãos de Estado terceiro, se o Tratado é omissivo quanto a essa matéria.

O Ordenamento Jurídico Santomense dá aos órgãos judiciais amparo para fundamentação da sua decisão, na punição dos crimes praticados no mar, quer a nível das Convenções Internacionais quer a nível do Direito Interno, uma vez que já a Convenção de Haia de 1970 tornava a punição uma obrigação e a CNUDM dá ao Estado captor a possibilidade de julgar o pirata.

Consagra o art. 5º. do Código Penal de STP, no âmbito da aplicação do direito penal no espaço, que *“A Lei penal é aplicável em todo território Santomense e bem assim a bordo dos navios e aeronaves pertencentes ou sob jurisdição desse Estado”*.

Para além disso, o n.º. 2 do art. 5º. estipula que; *“A lei penal são-tomense é ainda aplicável a quaisquer factos cometidos fora do território nacional de que o estado são-tomense se tenha obrigado a julgar por tratado ou convenção internacional”*.

Partindo da premissa que só há ocorrência do crime de pirataria marítima em alto mar¹⁴⁵, e como claro está, fora da área de jurisdição de STP e da Nigéria (ZDC), a punição desse tipo de crime estaria vedada por lei, caso não houvesse um dispositivo legal internacional que suportasse essa aplicação penal.

A CNUDM, no art. 100º. impõe aos Estados a obrigação de cooperar na repressão da pirataria, assim sendo, STP ratificou a Convenção para Supressão de Actos Ilícitos

¹⁴⁴ Art. 40º. N.º. 2 do Tratado

¹⁴⁵ Cfr. art. 101. a) ii) da CNUDM

contra a segurança da navegação Marítima, designada de (SUA) em 05/05/2006¹⁴⁶ que dá aos Estados parte, conforme o art. 5º. e 6º. jurisdição para aplicação do Direito Penal sobre os crimes praticados fora do seu território, Convenção essa que também já havia sido ratificada pela Nigéria em 24.02.2004.

A Convenção (SUA) consagra no art. 5º. que, *“Cada Estado–parte tornará os delitos previstos no art. 3º. puníveis com penas adequadas que levem em conta a natureza grave de tais delitos”*.

Assim sendo, o Código Penal de STP, prevê e pune o crime de Pirataria marítima, nos termos do art. 386º. e estipula o nº. 1 desse artigo uma moldura penal dos 16 à 20 anos de prisão maior e no máximo de multa, para todos os actos constitutivos do crime de pirataria marítima constantes do número 2 desse mesmo artigo.

A pesca ilegal e/ou não autorizada ou declarara, o transbordo de mercadorias, o contrabando, descaminho, assalto a mão armada, tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, transmissões não autorizadas a partir do mar, poluição marítima dentre outros deverão ser uma constante preocupação das autoridades dos dois Estados.

Estes e outros crimes estão tipificados no Código Penal de STP em vigor desde 2012 e relativamente a Pesca Ilegal na Lei de pesca e recursos haliêuticos - Lei 9/2001, de 30 de Março, que prevê a punição meramente Administrativa para os actores da pesca ilegal, por não constituir crime.

STP no domínio da sua política de proteção da sua zona marítima, já procedeu o apresamento e o consecutivo julgamento de vários casos de infrações a suas leis e regulamento marítimos, como por exemplo, o caso de apreensão dos navios, “Marida Melissa” e “Duzgit Integrity¹⁴⁷” em que houve condenação da tripulação e consecutiva perda do navio e sua carga a favor do Estado e do Navio “Thunder”, naufragado nas

¹⁴⁶ KAMAL-DEEN ALI, Maritime security Cooperation in the Gulf of Guinea, Perspects and Challenge, Brill/Nijhoff Leiden/Boston, Publications on ocean Development, vol. 79, 2015, pag. 194

¹⁴⁷ Site do Jornal Digital, “Tela Non”, disponível no link: <http://www.telanon.info/sociedade/2013/03/18/12708/guarda-costeira-apreende-dois-navios-petroleiros/> consultado no dia [05.12.2017]

suas águas, em 07.04.2015¹⁴⁸ em que a jurisdição penal foi exercida, culminando com a condenação da Tripulação e o armador do navio.

Por outro lado, a regulamentação da forma de abordagem e acção dos militares da guarda costeira e a interação célere das instituições que lidam com as questões do mar faz-se necessária nos casos de suspeita de pirataria marítima, de forma a evitar a violação das convenções ratificadas por STP no domínio do mar e a consecutiva responsabilização do Estado perante os órgãos judiciais internacionais.

4. Conclusão:

Para terminar, o Tratado de Desenvolvimento Conjunto entre a STP e a Nigéria, apesar de obedecer as normas internacionais deixa em aberto o processo de delimitação definitiva de fronteiras, processo no qual, para sua materialização deverá se solucionar *prima facie* a questão do método a ser aplicado, tendo em conta as posições divergentes nessa matéria entre os dois Estados.

O Tratado embora sendo um ajuste provisório de carácter prático, congregou normas cujo pensamento legislativo é contraditório, no que diz respeito ao princípio de desenvolvimento conjunto, constante do art. 3º. e a criação da ARE – ar. 5º. e o Anexo do Tratado.

A criação da ARE, com direitos absolutos de exploração por parte da Nigéria, deixa o Tratado com base oca, relativamente a aplicação transversal do mesmo, visto que excluir STP da participação absoluta dos direitos e obrigações à ela inerente.

O Tratado embora incidir sobre os recursos vivos e não vivos, quanto aos primeiros, não há qualquer registo da explorabilidade dos mesmos, e nem do eventual regime regulatório e fiscal. As receitas decorrentes do Tratado, volvidos 16 anos, nada

¹⁴⁸ Site do Jornal Digital, “Tela Non”, disponível no link: <http://www.telanon.info/sociedade/2015/04/07/19011/navio-pirata-ligado-a-pesca-ilegal-afundou-se-na-zee-de-stp/> consultado no dia [05.12.2017]

ou quase nada influenciaram na saúde económica de STP, que vê seu OGE sendo suportado 90% por ajudas externas.

O OGE de STP para o ano económico de 2017 é de 130 milhões de Dólares, valor abaixo do alocado para o orçamento do ano anterior que era de 170 milhões de Dólares, o que se pode questionar se justifica a manutenção desse Tratado.

Daí pergunta-se: STP e a Nigéria estabeleceram o Tratado baseados em dois métodos distintos. Pelo lado de STP, foi usado o método da equidistância e pelo lado da Nigéria, o da equidade, conjugado com as circunstâncias especiais. Nas negociações definitivas, que métodos serão adoptados?

Sem descartar a possibilidade de resolução por via jurisdicional, o problema de fundo continua o mesmo, em relação a Nigéria, uma vez que, o Tratado só vem permitir aos Estados aproveitarem dos recursos existentes na zona de sobreposição de títulos e não delimita definitivamente as fronteiras marítimas, relegando para o futuro, com todas as implicações a ela inerentes, uma vez que defendem métodos de delimitação antagónicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manuais:

AMADO GOMES, Carla, introdução ao Direito do Ambiente, 2º. Ed. Associação académica da faculdade de Direito de Lisboa, 2014, pag. 239

BACELAR GOUVEIA, Manual de Direito Internacional Público, uma perspectiva de Língua Portuguesa, 4º. Edição, 2013, pag. 668

BECKER-WEINBERG, Vasco, Joint Development of Hydrocarbon Deposits, in the Law of the Sea, Springer, 2014, pag. 176.

CAETANO FERRÃO, Marisa, A Delimitação de Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, ed. Aafdl, Lisboa, 2009

COSTA E SILVA, Paula, “A resolução de controvérsias na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes*, Coimbra Editora, 2004

D. EVANS, Malcolm, “Maritime Boundary Delimitation”, Obr. Colectiva, edited by Donald R ROTHWELL, Alex G. OUDE EL FERINK, Karen N. SCOTT, Tim STEPHENS, “The Law Of The Sea”, The Oxford Handbook, Oxford University Press, 2015, pag 155-259

DA GLÓRIA GARCIA, Maria, CORTÊS, António e ROCHA, Armando, “Direito do Mar, Novas Perspectivas”, Universidade católica, Lisboa, 2016, pag 68 – 99.
de 2011, pag. 43

DE ALMEIDA RIBEIRO, Manuel, e PEREIRA COUTINHO, Francisco, Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça; Dom Quixote, 2016, pag. 162.

R. ROTHEWELL, Donald AND STEPHENS, Tim, “The International law of the Sea”, Hart Publishing, Oxford and Portland, Oregon, 2010, pag 408 à 410

DOS PRAZERES, Luís, Dossier Petróleo, Cronologia História, 1876-2004, pag. 35- 36

DOUGLAS BRABAKER, “Marine Pollution and International Law, Principles and Praticce”, Belhaven Press, London and Florida, 1993, pag 14-21

GALVÃO TELES, Miguel, “Espaços marítimos, delimitação e colisão de direitos”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes*, FDUL, 2004, pp 617 – 647

IMO – HOSSEIN ESMAEILI AND BRENDAN GRIGG, “ Pollution from Dumping”, in the IMLI, Manual on International Law, vol III, General Editor, David Joseph ATTARD, edited by, Malgosia Fitzmaurice Norman a Martínez Gutiérrez Riyaz Hamza, Oxford, 2016

Joint Development Of Offshore Oil and Gas, A model Agreement for States for Joint Development with Explanatory Commentary, British Institute of International and Comparative Law, pag 239

KAMAL – DEEN ALI, “Maritime security Cooperation in the Gulf of Guinea, Perspects and Challenge”, Brill/Nijhoff Leiden/Boston, Publications on ocean Development, vol. 79, 2015

MARQUES ANTUNES, Nuno, *Towards the conceptualisation of maritime delimitation: legal and techical aspect of a political process*, Durham University, Durham E-Teses, pag.12,

MARQUES GUEDES, Armando, Direito do Mar, 2ª. ed, Coimbra editora, pag.156.

MYRON H. NORDQUIST, “Center for acean law and Policy, Universidade de Virgínia,– United Nations Convention on The Law of The Sea, 1982, A comentary, editor-in-chefe Martins Nijhoff Publishers, 1985,Vol. I, pag.231, art. 62

OCTAVIANO MARTINS, Eliane Maria, REIS DE OLIVEIRA, Paulo Henrique, MENEZES, Wagner, “ Pirataria Marítima - Do conceito à ocorrência: o papel da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar no entendimento do conceito de Pirataria”, Direito do Mar, desafios e Perspectivas, em homenagem a Vicente Marrota Rangel ARRES, Ob. Col., ed. Belo Horizonte, 2015, pag. 182-189

R.R CHURCHILL AND A.V. LOWE, The Law of the Sea, Juris Publishing, 3ª. ed, Juris Publishing, Manchester University Press, 1999, pag. 186

SALGADO GOMES, José, BARATA ALVES, Fernando, O Universo da Indústria Petrolífera, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª. edição, Lisboa 2014, pag. 496

TAVARES DA SILVA, Suzana “Direito da Energia”, Coimbra Editora, 1ª. edição, Novembro, 2011, pag 43

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos e DE FIQUEIREDO MARCOS, Rui, “Direito do Petróleo”, ob. Col. Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, Maio, 2013, pag. 56

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos e DE FIQUEIREDO MARCOS, Rui, “Direito do Petróleo”, ob. Col. Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, Maio, 2013, pag.76

VINICIOS ZANELLA, Tiago, Curso de Direito do Mar, editora Afiliada, Curitiba Jurná editora, 2013.

Legislação:

Convenção Sobre a Plataforma Continental, realizada em Genebra em 29 de abril de 1958 e entrou em vigor em 10 de Junho de 1964, publicada em 499 U.N.T.C. 311 [Convenção de 1958 sobre a plataforma continental];

disponível no link: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-4&chapter=21&clang=_en, acesso em [28.11.2017]

Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, realizada em Genebra em 29 de Abril de 1958 e entrou em vigor em 10 de Setembro de 1964, publicada em 516 U.N.T.C. 205 [Convenção de 1958 sobre o Mar Territorial e Zona Contígua], disponível no link: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XXI-1&chapter=21&clang=_en, acesso em [29.11.2017]

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982, assinada em 13.07.1983, e ratificada em 03.11.1987, disponível no site da UNTC, no link: https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsIII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-6&chapter=21&Temp=mtdsg3&clang=_en

Convenção Internacional para a Conservação da Poluição por Navios, realizada em Londres em 2 de Novembro de 1973 e entrou em vigor em 2 de Outubro de 1983, com a redacção que lhe foi dada pelo Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, publicado em 1340 UNTC 61 [MARPOL 73/78].

Convenção internacional sobre responsabilidade civil por danos causados pela poluição por hidrocarbonetos (CLC, adoptada a 29 de Novembro de 1969, entrada em vigor em 19 de Junho de 1975, substituída pelo Protocolo de 1992: adoptada a 27 de Novembro de 1992, em vigor a 30 de Maio de 1996, site da IMO, link: [http://www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-on-Civil-Liability-for-Oil-Pollution-Damage-\(CLC\).aspx](http://www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-on-Civil-Liability-for-Oil-Pollution-Damage-(CLC).aspx) acesso em [29.11.2017]

Lei nº. 1/98, de 31 de Março, publicada no Diário da República nº. 3, que define o Mar territorial, linha de base arquipelágica, vértices e coordenadas da localização desses pontos.

Lei 8/2004- Lei-quadro das receitas Petrolíferas, de 30 de Dezembro, promulgada em 29.12.2004, publicada a 04.01.2005 no Diário da República nº. 13, que entrou em vigor a 04.01.2015.

Tratado entre STP e Guiné Equatorial, disponível no site da ONU no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/GNQ-STP1999MB.PDF>; acesso em [29.11.2017]

Tratado entre STP e o Gabão, disponível no site da ONU, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/GAB-TP2001MB.PDF>, acesso em [29.11.2017]

Tratado que cria a zona de desenvolvimento conjunto entre a Nigéria e STP, assinado em 21 de Fevereiro de 2001, aprovado pela Resolução da Assembleia Nacional nº. 14/2001, publicado no Diário da República nº. 6, 2º. Suplemento, de 9 de Agosto e ratificado pelo Decreto Presidencial nº. 8-A/2001, publicado no Diário da República nº. 6, de 9 de Agosto e depositado na sede das Nações Unidas, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/STP.htm>, acesso em [29.11.2017]

Treaty concerning the Delimitation of the Maritime Boundary between the Republic of Equatorial Guinea and the Democratic Republic of Sao Tome and Principe, 26 June 1999, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/GNQ.htm> consultado em [29.11.2017]

UNITED NATION TREATY COLLECTION, Agreement on the Delimitation of the Maritime Border between the Gabonese Republic and the Democratic Republic of Sao Tome and Principe, 26 April 2001, disponível no link: <http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/GAB.htm> consultado no dia [29.11.2017]

Decisões dos Tribunais:

Caso do Mar Negro – diferendo entre a Ucrânia e a Roménia, 2004- 2009, disponível no site do TIJ no link: <http://www.icj-cij.org/en/case/132>, acesso em [29.11.2017]

Decisão do TIJ, caso Nigéria e os Camarões, disponível no link: <http://www.icj-cij.org/docket/index.php?sum=495&code=cn&p1=3&p2=3&case=94&p3=5>, consultado no dia [29.11.2017]

Disputa relativa à delimitação da fronteira marítima entre Bangladesh e Myanmar na Baía de Bengala (Bangladesh / Myanmar), INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA, caso n.º. 16, disponível no link: <https://www.itlos.org/en/cases/list-of-cases/case-no-16/>, acesso em [22.11.2017]

Disputa sobre a Plataforma Continental (Libyan Arab Jamahiriya/Malta), TIJ, Julgamento de 3 de Junho de 1985, caso 68, disponível sem link, <http://www.icj-cij.org/en/case/68/judgments>, acesso em [29.11. 2017]

Disputa Territorial e Marítima (Nicarágua c. Colômbia), Julgamento, TIJ. Relatórios de 2012, Cap. 2.º e para. 142-145 e 155., disponível no link: <http://www.icj-cij.org/en/case/124>, acesso em [29.11.2017]

Sites:

Agencia Nacional de Petróleo de STP, <https://www.anp-stp.gov.st/index.php/pt/sobre-nos/nossa-historia>, acesso em [28.11.2017]

Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, www.assembleianacional.st, consultado em [29.11.2017]

Instituto Nacional de Estatística de STP, <http://www.ine.st/pais.html>, acesso em [28.11.2017]

ITIE – Extrative Industries Transparency Initiative, Segundo Relatório, disponível no link. <https://eiti.org/document/2014-sao-tome-principe-eiti-report>, , pag. 11, acesso em [04.12.2017]

Jornal Digital rfi, disponível no link: <http://pt.rfi.fr/sao-tome-e-principe/20160108-aprovado-orcamento-de-estado-de-sao-tome-e-principe>); acesso em [04.12.2017]

Jornal Digital, “Tela Non”, disponível no link: <http://www.telanon.info/sociedade/2013/03/18/12708/guarda-costeira-apreende-dois-navios-petroleiros/> consultado no dia [05.12.2017]

Jornal Digital, “Tela Non”, disponível no link: <http://www.telanon.info/sociedade/2015/04/07/19011/navio-pirata-ligado-a-pesca-ilegal-afundou-se-na-zee-de-stp/> consultado no dia [05.12.2017]

OCEAN & LAW OF THE SEA, United Nation, link http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_declarations.htm, acesso em [29.11.2017]

UNITED NATION TREATY COLLECTION, “UNTC” – disponível no link: https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsIII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-6&chapter=21&Temp=mtdsg3&clang=_en, acesso em [28.11.2017]

Artigos:

FALCÃO ESCORREGA, Luís Carlos, “*Estratégia Americana para África – Importância do Golfo da Guiné*”, publicado na revista *Estratégia* 2010, site https://www.academia.edu/2186815/Estrat%C3%A9gia_Americana_para_%C3%81frica_a_import%C3%A2ncia_do_Golfo_da_Guin%C3%A9 consultado em [05.12.2017]

J. TANGA BIANG, The United Nations – *The Nippon Foundation of Japan Fellowship programme 2009-2010, THE JOINT DEVELOPMENT ZONE BETWEEN NIGERIA AND SAO TOME AND PRINCIPE: A CASE OF PROVISIONAL ARRANGEMENT IN THE GULF OF GUINEA INTERNATIONAL LAW, STATE PRACTICE AND PROSPECTS FOR REGIONAL INTEGRATION, JDZ*: http://www.un.org/depts/los/nippon/unff_programme_home/fellows_pages/fellows_papers/tanga_0910_cameroun.pdf, consultado no dia [29.11.2017]

LAGONI, Rainer, Oil and gas Desposits across national frontiers - ASIL- The American Society of International Law, http://www.jstor.org/stable/2201608?seq=1#page_scan_tab_contents, consultado no dia 07.04.2017, pag. 216,

MARTINS DOS SANTOS, Rute e KILUANGE, Tiny, no comentário feito ao Tratado entre a República Federal da Nigéria e a República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a exploração conjunta dos recursos petrolíferos e outros, existentes na Área comum às respectivas zonas económicas exclusivas, ed. Juristep, Março de 2005, pag 6. disponível no link: <http://www.juristep.com/legislacao.htm#petrol>, acesso em [29.11.2017]

Documentos:

ALBERTO DOS PRAZERES, Luís, *Joint Development Zone/Joint Development Authority*, documento consultado durante as pesquisas, Abuja, 2017.

Declaração de Abuja, de 26 de Junho de 2004, art. 8, <http://www.juristep.com/legislacao.htm>, consultado em [05.12.2017]

NIGÉRIA- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Joint Development Authority, Petroleum Tax Regulation, 2015, documento consultado durante a pesquisa.

Official Gazette nº. 14 – vol. 92, pp. A01-30, 7th March 2005

PRAZERES, Luís, “THE JOURNEY SO FAR THE STORY OF THE NIGERIA-SAO TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT ZONE (JDZ) FROM 2002 TO 2014, EXECUTIVE DIRECTOR (COMMERCIAL & INVESTMENT) /, CHAIRMAN OF THE BOARD NIGERIA SAO-TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT AUTHORITY”, Maio, 2014, documento consultado durante as pesquisas.

PRAZERES, Luís, “THE JOURNEY SO FAR THE STORY OF THE NIGERIA-SAO TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT ZONE (JDZ) FROM 2002 TO 2014, EXECUTIVE DIRECTOR (COMMERCIAL & INVESTMENT) /, CHAIRMAN OF THE BOARD NIGERIA SAO-TOME AND PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT AUTHORITY”, Maio, 2014, documento consultado durante as pesquisas